

T4F Entretenimento S.A.

*Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre e Período de Nove Meses Findos em
30 de Setembro de 2012 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1),

aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de novembro de 2012.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11			30/09/12	31/12/11		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	172.253	225.011	208.476	263.277	Fornecedores	15	27.996	23.325	59.000	43.988
Caixa restrito	7	6.419	14.457	6.419	14.457	Empréstimos e financiamentos	16	37.636	41.931	55.570	41.931
Contas a receber de clientes	8	70.824	42.303	126.605	59.962	Salários, provisões e encargos sociais		4.297	7.345	8.321	10.466
Estoques		211	488	1.675	2.352	Impostos e contribuições a recolher	17	5.305	7.065	13.634	16.197
Impostos a recuperar	9	2.881	1.822	16.116	13.181	Adiantamentos de clientes	18	85.573	55.736	159.193	69.386
Adiantamentos a fornecedores	10	8.485	3.931	14.855	7.508	Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	19	4.905	11.330	4.905	11.330
Custos antecipados	11	36.543	24.303	139.190	52.520	Dividendos a pagar		-	14.265	239	14.682
Dividendos a receber de controladas		2.555	2.555	-	-	Partes relacionadas	12	17.645	14.889	-	-
Outras contas a receber		1.003	206	10.485	8.254	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	920	3.034	1.096	3.182
Total do ativo circulante		<u>301.174</u>	<u>315.076</u>	<u>523.821</u>	<u>421.511</u>	Outras obrigações		121	668	4.558	2.152
						Total do passivo circulante		<u>184.398</u>	<u>179.588</u>	<u>306.516</u>	<u>213.314</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos e financiamentos	16	56.250	93.750	56.250	93.750
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	50.885	58.825	54.587	60.976	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	17.785	14.157	22.361	18.933
Depósitos judiciais		3.678	2.711	4.925	4.101	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	2.368	361
Custos antecipados	11	101	123	101	627	Impostos e contribuições a recolher	17	5.519	6.113	7.209	8.426
Partes relacionadas	12	24.776	20.268	7.768	7.329	Total do passivo não circulante		<u>79.554</u>	<u>114.020</u>	<u>88.188</u>	<u>121.470</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>79.440</u>	<u>81.927</u>	<u>67.381</u>	<u>73.033</u>						
Investimentos em controladas	13.a)	114.310	77.076	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	130.730	128.717	-	-	Capital social	21	243.022	238.124	243.022	238.124
Imobilizado	14.a)	13.313	23.939	50.375	39.590	Gastos com emissão de ações	21	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Intangível:						Reserva de capital	21	4.535	4.258	4.535	4.258
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	-	-	137.287	135.325	Reserva legal	21	10.296	10.296	10.296	10.296
Outros intangíveis	14.b)	2.077	2.050	3.547	3.353	Reserva de reavaliação	14.c)	1.487	1.589	1.487	1.589
Total do ativo não circulante		<u>339.870</u>	<u>313.709</u>	<u>258.590</u>	<u>251.301</u>	Reserva de retenção de lucros	21	85.271	85.177	85.271	85.177
						Lucros acumulados		26.210	-	26.210	-
						Ajustes de avaliação patrimonial	21	15.936	5.398	15.936	5.398
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		377.092	335.177	377.092	335.177
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	10.615	2.851
						no patrimônio líquido das controladas		-	-	10.615	2.851
						Total do patrimônio líquido consolidado		<u>377.092</u>	<u>335.177</u>	<u>387.707</u>	<u>338.028</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>641.044</u></u>	<u><u>628.785</u></u>	<u><u>782.411</u></u>	<u><u>672.812</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>641.044</u></u>	<u><u>628.785</u></u>	<u><u>782.411</u></u>	<u><u>672.812</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
RECEITA LÍQUIDA	22	69.203	281.192	68.077	227.506	137.672	434.737	111.514	377.895
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS		(48.054)	(209.967)	(35.817)	(140.027)	(94.911)	(313.309)	(71.660)	(262.763)
LUCRO BRUTO		21.149	71.225	32.260	87.479	42.761	121.428	39.854	115.132
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS									
Vendas		(485)	(2.433)	(492)	(1.308)	(1.013)	(4.896)	(1.260)	(3.805)
Gerais e administrativas	23	(12.909)	(34.176)	(13.800)	(38.216)	(21.175)	(59.434)	(20.758)	(59.331)
Remuneração dos administradores	12.2 e 23	(1.334)	(7.938)	(1.294)	(6.023)	(1.700)	(8.918)	(1.380)	(6.491)
Equivalência patrimonial	13	7.781	11.408	2.705	4.244	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	31	(2.689)	1.948	3.778	1.203	536	3.262	7.642
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		14.233	35.397	21.327	49.954	20.076	48.716	19.718	53.147
RESULTADO FINANCEIRO	25								
Despesas financeiras		(3.648)	(12.728)	(5.559)	(16.032)	(5.561)	(16.592)	(6.442)	(18.598)
Receitas financeiras		3.510	12.595	6.989	18.646	3.534	13.726	7.619	20.623
Variação cambial e monetária, líquida		(293)	(1.114)	541	241	(2.199)	(4.999)	2.393	1.349
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		13.802	34.150	23.298	52.809	15.850	40.851	23.288	56.521
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Correntes	27	-	-	-	-	(2.247)	(7.639)	(1.108)	(4.364)
Diferidos	27	(2.155)	(7.940)	(5.999)	(26.339)	(1.059)	(5.953)	(4.573)	(24.787)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		11.647	26.210	17.299	26.470	12.544	27.259	17.607	27.370
LUCRO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL A:									
Acionistas controladores		-	-	-	-	11.647	26.210	17.299	26.470
Acionistas não controladores		-	-	-	-	897	1.049	308	900
		-	-	-	-	12.544	27.259	17.607	27.370
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	34	0,1673	0,3777	0,2497	0,4080	0,1673	0,3777	0,2497	0,4080
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		0,1642	0,3705	0,2434	0,4015	0,1642	0,3705	0,2434	0,4015

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.647	26.210	17.299	26.470	12.544	27.259	17.607	27.370
Outros resultados abrangentes:								
Variação cambial na conversão de operações no exterior	4.877	10.538	2.866	500	4.877	10.538	2.866	500
Total do resultado abrangente do período	<u>16.524</u>	<u>36.748</u>	<u>20.165</u>	<u>26.970</u>	<u>17.421</u>	<u>37.797</u>	<u>20.473</u>	<u>27.870</u>
Total do resultado abrangente do período atribuível a:								
Acionistas controladores	-	-	-	-	16.524	36.748	20.165	26.970
Acionistas não controladores	-	-	-	-	897	1.049	308	900
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.421</u>	<u>37.797</u>	<u>20.473</u>	<u>27.870</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de capital			Reserva de Lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados				
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2011		36.462	-	-	1.726	7.292	55.319	27.524	-	2.912	131.235	2.083	133.318
Aumento de capital conforme AGO de 14 de fevereiro de 2011	21	13.075	-	-	-	-	(13.075)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme RCA de 11 de abril de 2011	21	187.586	-	-	-	-	-	-	-	-	187.586	-	187.586
Aumento de capital conforme RCA 12 de julho de 2011	21	1.001	-	-	-	-	-	-	-	-	1.001	-	1.001
Gastos na emissão de ações	21	-	(9.504)	-	-	-	-	-	-	-	(9.504)	-	(9.504)
Lucro líquido do período	21	-	-	-	-	-	-	-	26.470	-	26.470	900	27.370
Pagamentos baseados em ações	31	-	-	4.174	-	-	-	-	-	-	4.174	-	4.174
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	-	(79)	-	79	-	-	-	-	-	-
Variação cambial na conversão de operações no exterior	21	-	-	-	-	-	-	-	-	500	500	-	500
Pagamento de dividendos adicionais de 2010	21	-	-	-	-	-	(27.524)	-	-	-	(27.524)	-	(27.524)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011		<u>238.124</u>	<u>(9.504)</u>	<u>4.174</u>	<u>1.647</u>	<u>7.292</u>	<u>42.323</u>	<u>-</u>	<u>26.470</u>	<u>3.412</u>	<u>313.938</u>	<u>2.983</u>	<u>316.921</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2012		238.124	(9.665)	4.258	1.589	10.296	85.177	-	-	5.398	335.177	2.851	338.028
Aumento de capital conforme RCA de 27 de junho de 2012	21	445	-	-	-	-	-	-	-	-	445	-	445
Aumento de capital conforme RCA 07 de agosto de 2012	21	4.453	-	-	-	-	-	-	-	-	4.453	-	4.453
Lucro líquido do período	21	-	-	-	-	-	-	-	26.210	-	26.210	1.049	27.259
Reserva de retenção de lucros	21	-	-	-	-	-	(8)	-	-	-	(8)	-	(8)
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	-	(102)	-	102	-	-	-	-	-	-
Pagamentos baseado em ações	31	-	-	277	-	-	-	-	-	-	277	-	277
Variação cambial na conversão de operações no exterior	21	-	-	-	-	-	-	-	-	10.538	10.538	-	10.538
Aquisição de participação societária de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.715	6.715
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012		<u>243.022</u>	<u>(9.665)</u>	<u>4.535</u>	<u>1.487</u>	<u>10.296</u>	<u>85.271</u>	<u>-</u>	<u>26.210</u>	<u>15.936</u>	<u>377.092</u>	<u>10.615</u>	<u>387.707</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		26.210	26.470	27.259	27.370
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	13	(11.408)	(4.244)	-	-
Depreciação e amortização	14	2.328	1.894	7.175	3.806
Custo residual de ativo imobilizado baixado		85	401	425	414
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.940	26.339	5.953	24.787
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		9.589	15.040	9.535	15.285
Pagamentos baseados em ações		277	1.625	277	1.625
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.596	(2.535)	1.958	(4.308)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	23	(105)	(32)	(66)	(960)
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(28.416)	(19.495)	(66.684)	(16.548)
Estoques		277	(13)	675	(1.147)
Impostos a recuperar		(1.059)	(1.038)	(3.013)	1.109
Adiantamento a fornecedores		(4.554)	(17.666)	(7.369)	(23.959)
Outras contas a receber		(796)	(448)	(2.272)	896
Depósitos judiciais		(967)	(1.291)	(827)	(1.636)
Custos antecipados		(12.218)	3.028	(86.365)	(7.201)
Fornecedores		4.614	3.673	15.030	16.713
Impostos e contribuições a recolher		(1.109)	(6.409)	110	(10.583)
Salários, provisões e encargos sociais		(3.048)	1.023	(2.128)	1.635
Adiantamentos de clientes		29.837	13.937	89.889	30.271
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(902)	(576)	(982)	(595)
Outras obrigações e contas a pagar		1.064	(3.645)	4.031	(2.876)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		20.235	36.038	(7.389)	54.098
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(1.245)	-	(3.814)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		18.990	36.038	(11.203)	54.098
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de dividendos de Controladas		-	1.844	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	(2.012)	-	(2.012)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	14 e 33	(4.057)	(8.499)	(9.266)	(12.851)
Aquisição de participação na controlada Aurolights		(4.000)	-	(4.000)	-
Aumento de capital em controladas		(1.000)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(11.069)	(6.655)	(15.278)	(12.851)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de Capital - emissão de novas ações		4.898	188.587	4.898	188.587
Gastos na emissão de ações		-	(14.400)	-	(14.400)
Partes relacionadas		176	7.468	4.105	6.562
Pagamentos de dividendos		(14.273)	(36.699)	(14.451)	(36.699)
Contratação de empréstimos e financiamentos		-	-	45.938	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	(28.004)	-
Pagamento de debêntures - principal		(37.500)	(18.750)	(37.500)	(18.750)
Pagamento de debêntures - juros		(13.980)	(14.571)	(13.980)	(14.571)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(60.679)	111.635	(38.994)	110.729
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	-	10.674	(167)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(52.758)	141.018	(54.801)	151.809
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial		225.011	69.859	263.277	120.934
Saldo final		172.253	210.877	208.476	272.743
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(52.758)	141.018	(54.801)	151.809

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
RECEITAS				
De serviços	321.626	259.817	490.096	423.292
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.181)	(599)	(145)	(153)
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	105	32	66	960
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	(199.610)	(134.644)	(286.886)	(237.299)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.269)	(13.124)	(27.725)	(21.124)
Perda de valores ativos	(157)	(106)	(298)	(95)
Outros	-	-	(1.805)	(580)
VALOR ADICIONADO BRUTO	103.514	111.376	173.303	165.001
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2.328)	(1.894)	(7.175)	(3.806)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	101.186	109.482	166.128	161.195
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	22.728	24.077	9.889	24.365
Receitas financeiras e variação cambial	11.481	18.887	8.727	21.972
Resultado de equivalência patrimonial	11.408	4.244	-	-
Outras	(161)	946	1.162	2.393
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	123.914	133.559	176.017	185.560
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	29.195	26.560	49.668	43.499
Remuneração direta	25.762	21.738	44.817	37.179
Benefícios	2.344	3.818	3.394	4.951
FGTS	1.089	1.004	1.457	1.369
Impostos, taxas e contribuições	53.818	63.192	75.529	85.146
Federais	42.932	54.877	57.729	66.992
Estaduais	50	-	6.029	9.017
Municipais	10.836	8.315	11.771	9.137
Remuneração de capitais de terceiros	14.691	17.337	23.561	29.545
Juros	12.477	15.843	16.125	18.571
Aluguéis	2.214	1.494	2.903	2.262
Outras	-	-	4.533	8.712
Remuneração de capital próprio	26.210	26.470	27.259	27.370
Lucros retidos	26.210	26.470	26.210	26.470
Participação dos acionistas não controladores	-	-	1.049	900
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	123.914	133.559	176.017	185.560

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra quatro casas de espetáculos no Brasil: Credicard Hall e Teatro Renault, em São Paulo, Citibank Hall, no Rio de Janeiro, e Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e uma casa de espetáculos na Argentina: o Teatro Opera Citi. No exterior, as operações incluem eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação das corridas automobilísticas de categorias, que juntas compõem o principal evento automobilístico nacional.

Em 13 de abril de 2011, a Companhia realizou sua oferta inicial de ações (“IPO”), resultando no aumento do seu capital social em R\$187.586, correspondendo a 11.724.138 ações ordinárias de sua emissão.

Em curso de seu plano de expansão operacional, em março de 2012 a Companhia adquiriu o controle da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. e iniciou nova atividade no segmento de comércio, locação de equipamentos e acessórios gerais para a promoção de eventos de qualquer natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis intermediárias separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão definidas a seguir na nota explicativa nº 3.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nos trimestres e períodos apresentados e nas informações contábeis intermediárias da controladora e do consolidado:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo

recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas informações contábeis intermediárias.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial, conforme nota explicativa nº 27.

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações

emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

Em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, no momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação CVM nº 527/07, que aprovou o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Essa prática aplica-se tão somente aos ativos com vida útil definida.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

Anualmente, a Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois, o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda do valor recuperável para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação cambial ou monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

As debêntures são registradas pelo valor principal, acrescido dos respectivos encargos, que são apropriados em despesas financeiras com juros e variações monetárias. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisão

Reconhecida apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços

As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço de conveniência e entrega dos ingressos.

As receitas provenientes de contratos de “naming rights” referem-se à nomeação das casas de espetáculos e são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos

As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são

mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; e (iii) Estados Unidos: dólar norte-americano. As informações contábeis intermediárias das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira de todas as controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços.
 - ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio.
 - iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.
- v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados

ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, no caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. As debêntures e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e por suas controladas resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras, sendo mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom

cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 28.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (vide nota explicativa nº 31).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

z) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por Ação, o lucro por ação deve ser apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 34.

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

bb) Reclassificação

Os gastos líquidos com a emissão de ação anteriormente apresentados como redução do capital social em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2011, foram reclassificados para conta específica de reserva no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos anteriormente apresentados brutos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados no nível de entidade legal e estão sendo apresentados pelo líquido.

Para fins de melhor apresentação, certos ativos e passivos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2011 dos grupos de “Contas a receber” e “Fornecedores” para “Outras contas a receber” e “Outras obrigações”, respectivamente. Adicionalmente foram reclassificados na Demonstração do Valor Adicionado e no Fluxo de Caixa certos valores para melhor apresentação no período findo em 30 setembro de 2011.

cc) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 30 de setembro de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

As normas e suas respectivas alterações existentes foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de setembro de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as informações contábeis intermediárias:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”, equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das

cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável. Até a data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2012, nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil.

A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas por recuperação de ágio.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas. Nas controladas foram destacadas as participações dos acionistas não controladores.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixas e do valor adicionado e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data de encerramento dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio sobre o patrimônio líquido no início do período, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro ou prejuízo acumulado do período é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do período. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”. No caso da ocorrência de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa controlada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento, conforme CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	69,48	-

<u>Controladas indiretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00
Pop Art S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Promaser S.A.	100,00	100,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 e a receita líquida dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011:

Saldos em 30 de setembro de 2012

<u>Controladas:</u>	<u>Total do Ativo</u>	<u>Total do Passivo</u>	<u>Receita Líquida</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	859	51	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	13.607	5.696	5.765
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	13.058	3.399	16.163
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	230.424	165.081	90.130
T4F USA Inc.	1.450	7	1.898
Ticket Co. SpA	52.682	50.627	5.023
Vicar Promoções Desportivas S.A.	26.663	10.481	32.647
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos	24.076	2.551	2.201

Saldos em 31 de dezembro de 2011

<u>Controladas:</u>	<u>Total do Ativo</u>	<u>Total do Passivo</u>	<u>Receita Líquida</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	1.281	157	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	13.920	4.794	5.597
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	9.056	4.174	10.686
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	112.886	61.515	96.663
T4F USA Inc.	3.310	1.290	6.958
Vicar Promoções Desportivas S.A.	16.468	5.064	30.673

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional relacionado com a indústria do

entretenimento, marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.

- Metropolitan Empreendimentos S.A. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. (controlada integral - 99,99%) - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias diretamente relacionadas à indústria do entretenimento; a prestação de serviços de informatização de bilheteiras; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (controladas integrais - 100%) - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas ou a serem constituídas, na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (95%), Ticketmaster Argentina S.A. (95%), Ticketek Argentina S.A. (5%), Clemente Lococo S.A. (95%), Pop Art S.A. (100%), T4F Chile S.A. (99,31%), Ticketmaster Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (5%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (95%) e Ticketmaster Argentina S.A. (5%).
- T4F USA Inc. (controlada integral - 100%) - constituída em 26 de novembro de 2007 no estado da Flórida – EUA tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. (controlada integral - 100%), localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. (controlada - 75%) - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (controlada – 69,48%) – tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral além de serviços de consultoria e assessoria organizacional de projetos e produção de eventos de qualquer natureza.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Caixa e bancos	10.000	7.946	25.830	24.354
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento multimercado (a)	-	-	962	5.434
Certificado de Depósito Bancário - CDB/Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	10.172	60.982	17.814	65.905
Operação compromissada - DI (c)	152.081	156.083	163.342	166.161
Money Market (d)	-	-	528	1.423
Total	<u>172.253</u>	<u>225.011</u>	<u>208.476</u>	<u>263.277</u>

- a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.
- b) CDB a prazo fixo, com liquidez imediata, remunerados por taxas de 96,5% a 101% da variação do CDI (98% a 102% em 31 de dezembro de 2011), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- c) Depósitos a prazo fixo com um mercado de liquidez imediata, remunerados por uma taxa média de 98,6% (100% em 31 de dezembro de 2011) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Essas operações estão classificadas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- d) Aplicação no exterior de liquidez imediata em Money Market, com rendimento de 0,60% ao ano, sem prejuízo no resgate. Em 30 de setembro de 2012, o saldo é de US\$260 mil.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (vide nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$6.419 (R\$14.457 em 31 de dezembro de 2011). Em 30 de setembro de 2012, estavam aplicados R\$3.957 em CDB/CDI a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 100,1% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Cientes faturados (i)	4.121	4.401	26.059	14.836
Bilheteria (ii)	18.824	21.289	38.726	28.302
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	47.918	16.757	62.826	17.896
Total das contas a receber	70.863	42.447	127.611	61.034
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39)	(144)	(1.006)	(1.072)
Total	70.824	42.303	126.605	59.962

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Contas a receber originadas pela venda de ingressos efetuada por meio de administradoras de cartão de crédito.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes, camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
A vencer:	66.740	40.909	100.278	51.377
Vencidas:				
Até 30 dias	210	1.390	15.762	2.895
De 31 a 60 dias	9	4	1.865	2.990
De 61 a 90 dias	341	-	2.112	378
De 91 a 180 dias	9	39	1.477	928
Há mais de 180 dias	3.554	105	6.117	2.466
Total das contas a receber	70.863	42.447	127.611	61.034

- c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	144	1.072
Adições	-	132
Reversões e baixas	(105)	(198)
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>39</u>	<u>1.006</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
IRPJ/CSLL - antecipações	1.177	1.178	8.211	4.542
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.482	400	1.798	3.059
Programa de Integração Social - PIS	-	18	50	78
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	81	232	360
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	1.380	259
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	3.481	4.351
Outros	222	145	964	532
Total	<u>2.881</u>	<u>1.822</u>	<u>16.116</u>	<u>13.181</u>

- (i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	7.739	3.714	12.417	6.991
Outros	746	217	2.438	517
Total	<u>8.485</u>	<u>3.931</u>	<u>14.855</u>	<u>7.508</u>

- (i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente e já faturados pelos respectivos fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, e substancialmente representados por cachês dos artistas e itens de produção dos shows, sendo apropriados ao resultado à medida de sua realização.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Eventos, shows e espetáculos contratados	35.662	23.870	136.749	50.668
Outros	982	556	2.542	2.479
Total	<u>36.644</u>	<u>24.426</u>	<u>139.291</u>	<u>53.147</u>
Circulante	36.543	24.303	139.190	52.520
Não circulante	101	123	101	627

12. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo

- a) Em 30 de setembro de 2012

Controladora

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Receita (Despesa) financeira</u>
B.A. Inversiones S.A.	432	-	(4)
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	3.965	-	313
F.A. Comércio e Participações S.A.	39	-	2
Metropolitan Empreendimentos S.A.	323	635	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (ii)	724	-	103
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	1.291	-
T4F Chile S.A. (iii)	1.404	14.242	(588)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	5.057	1.174	(34)
T4F Inversiones S.A. (i)	12.723	-	191
T4F USA Inc.	-	293	(65)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	109	10	-
Total	<u>24.776</u>	<u>17.645</u>	<u>(82)</u>

Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Receita (Despesa) financeira</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	6.971	-	439
F.A. Comércio e Participações S.A.	73	-	2
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (ii)	724	-	103
Total	<u>7.768</u>	<u>-</u>	<u>544</u>

b) Em 31 de dezembro de 2011

Controladora

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	77	-
B.A. Inversiones S.A.	435	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	4.072	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	-	252
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (ii)	1.260	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	90
T4F Chile S.A. (iii)	-	14.276
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.784	-
T4F Inversiones S.A. (i)	12.532	-
T4F USA Inc.	-	271
Vicar Promoções Desportivas S.A.	108	-
Total	<u>20.268</u>	<u>14.889</u>

Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	6.069	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (ii)	1.260	-
Total	<u>7.329</u>	<u>-</u>

- (i) Representados principalmente pelos valores a receber dos contratos de mútuo assinados em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e as controladas T4F Entretenimientos Argentina S.A., e controlada T4F Inversiones S.A., nos montantes de AR\$5.206 mil e AR\$25.654 mil, respectivamente, ambos em decorrência de deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, não serão integralizados ao capital social das referidas controladas. Tais aportes, até então registrados nos patrimônios líquidos das controladas e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes são atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos. No entanto, atualmente as controladas possuem algumas restrições de remessas de recursos para o exterior, como decorrência das medidas econômicas momentâneas adotadas pelo governo da Argentina.
- (ii) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. de C.V., Ocesa Entretenimiento S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14

de maio de 2007, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Esses saldos são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros das debêntures.

A parcela de dividendos distribuídos pela Companhia e pagos em 11 de julho de 2012 ao ex-acionista controlador CIE Internacional S.A. de C.V., no montante de R\$1.393, foi retida para liquidação parcial desse valor.

- (iii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000 mil parcialmente amortizado em maio de 2012. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo de vencimento.

12.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	01/07/12 a 30/09/12			01/01/12 a 30/09/12		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	62	-	62	185	-	185
Diretores estatutários	1.272	-	1.272	3.606	4.147	7.753
Total	1.334	-	1.334	3.791	4.147	7.938

Controladora	01/07/11 a 30/09/11			01/01/11 a 30/09/11		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	62	-	62	185	-	185
Diretores estatutários	1.232	-	1.232	3.556	2.282	5.838
Total	1.294	-	1.294	3.741	2.282	6.023

Consolidado	01/07/12 a 30/09/12			01/01/12 a 30/09/12		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	62	-	62	185	-	185
Diretores estatutários	1.537	101	1.638	4.167	4.566	8.733
Total	1.599	101	1.700	4.352	4.566	8.918

Consolidado	01/07/11 a 30/09/11			01/01/11 a 30/09/11		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	62	-	62	185	-	185
Diretores estatutários	1.318	-	1.318	3.812	2.494	6.306
Total	1.380	-	1.380	3.997	2.494	6.491

(*) Refere-se aos pagamentos de participação nos resultados registrados no período. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores para a controladora para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012 foi fixado em R\$11.200.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 30 de setembro de 2012

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro	Participação - %	Equivalência	Investimentos
		(prejuízo) líquido do período		patrimonial em 30/09/12	em controladas em 30/09/12
Área Marketing Brasil Ltda.	808	(316)	99,99	(316)	808
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	21.524	(479)	69,48	(333)	14.955
Metropolitan Empreendimentos S.A.	7.911	(1.215)	99,99	(1.215)	7.911
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	9.659	4.776	99,99	4.776	9.658
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	65.343	3.593	100,00	3.593	65.343
T4F USA Inc.	1.443	(682)	100,00	(682)	1.443
Ticket Co. SpA.	2.055	2.001	100,00	2.001	2.055
Vicar Promoções Desportivas S.A.	16.182	4.778	75,00	3.584	12.137
Total				11.408	114.310

a.2) 31 de dezembro de 2011

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Participação - %	Investimentos em controladas em 2011
Área Marketing Brasil Ltda.	1.124	79	99,99	1.124
Metropolitan Empreendimentos S.A.	9.126	890	99,99	9.126
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	4.883	6.431	99,99	4.883
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.371	5.482	100,00	51.371
T4F USA Inc.	2.020	627	100,00	2.020
Vicar Promoções Desportivas S.A.	11.402	4.030	75,00	8.552
Total				<u>77.076</u>

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 30 de setembro de 2012

	Controladora
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2011	77.076
Equivalência patrimonial	11.408
Variação cambial na conversão de operações no exterior	10.538
Aquisição de controle da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (i)	<u>15.288</u>
Saldo do investimento líquido em 30 de setembro de 2012	<u>114.310</u>

- (i) Em 30 de março de 2012 a Companhia realizou: (i) aquisição de participação societária da referida empresa no valor de R\$4.000; (ii) contribuição de capital no valor de R\$13.300, sendo R\$12.300 em equipamentos e R\$1.000 em caixa, perfazendo um investimento total de R\$ 17.300, dos quais R\$2.012 estão registrados como ágio na aquisição de investimentos.

a.4) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 30 de setembro de 2011

	Controladora
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2010	64.482
Equivalência patrimonial	4.244
Variação cambial na conversão de operações no exterior	500
Dividendos de controladas	<u>(3.869)</u>
Saldo do investimento líquido em 30 de setembro de 2011	<u>65.357</u>

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.205	83.204	83.205	83.204
Empresas adquiridas na Argentina:				
Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A. (v)	-	-	6.557	6.608
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (vi)	2.012	-	2.012	-
Total	<u>130.730</u>	<u>128.717</u>	<u>137.287</u>	<u>135.325</u>

- (i) Até o ano 2006, por ocasião de aquisição de participação acionária, a Companhia passou a ser detentora de 55% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A., gerando para tal um ágio no valor R\$6.168. Em 3 de dezembro de 2007, o Acordo de Investimento e Outras Avenças foi aditado, resultando na revisão do valor pago e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.774. Além disso, em atendimento à cláusula contratual contida no acordo original, especificamente com relação à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007, comparando-o com aquele definido no acordo, houve ajuste complementar no valor pago de R\$255. Em decorrência desse fato, foi registrado na Companhia o complemento do ágio no montante total de R\$5.029.

Em 10 de junho de 2009, o Acordo foi novamente aditado, resultando em nova revisão do valor pago pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.152. Nessa mesma data, a Companhia adquiriu de terceiros uma participação adicional de 20% do capital social da controlada, gerando um ágio total de R\$6.421. De acordo com a IFRS 3 – Combinações de empresas (revisada em 2008) uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; portanto, a Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.
- (iii) Como parte da reestruturação societária ocorrida em maio de 2007, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação e em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, no montante de R\$237.361, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio é de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

Esse ajuste foi registrado para atendimento restrito às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, uma vez que resultou de incorporação reversa (a Companhia incorporou sua controladora direta), embora permaneçam válidos os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio. Por esse motivo, o saldo desse ágio, mesmo com seu valor reduzido à zero por meio de provisão efetuada na própria ADTSPE, não produzirá efeito nas informações contábeis intermediárias dos acionistas controladores.

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou um ágio no valor de R\$96.853, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Esse ágio foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2007. Em contrato celebrado em 2 de agosto de 2007, a Companhia alienou ações da empresa B.A. Inversiones S.A., representativas de 5% do capital social, à T4F Inversiones S.A. pelo valor de R\$1.873. Com a operação, a Companhia realizou proporcionalmente o ágio e o investimento na controlada nos montantes de R\$2.092 e R\$143, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de julho de 2009, a Companhia registrou uma recuperação parcial desse ágio, no valor de R\$1.542, equivalente a US\$660 mil, e de R\$506, equivalente a US\$270 mil, respectivamente, pela indenização por parte do acionista anterior, CIE Internacional S.A. de C.V., de certos passivos registrados pelas controladas Pop Art S.A. e Ticketek Argentina S.A., quando da aquisição destas pela Companhia.
- (v) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A.. No caso da Pop Art S.A., em 14 de maio de 2007, as controladas adquiriram os 49% das ações, gerando um ágio de R\$6.435, que, somado ao ágio gerado na aquisição inicial de R\$3.683, resulta em R\$10.118. Em relação à Ticketek Argentina S.A., as controladas adquiriram essa empresa em 16 de maio de 2006, gerando um ágio total de R\$641. Tais ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2007, passando a serem testados pelos seus valores recuperáveis a partir de então.
- (vi) Até a data de encerramento das informações trimestrais de 30 de setembro de 2012, o estudo de avaliação que servirá de base para a alocação do ágio gerado na aquisição da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A., encontrava-se em fase de elaboração. Considerando que a conclusão do referido laudo de avaliação está prevista para ocorrer até o final do exercício 2012 e, como consequência, dentro do período de

mensuração, nas demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconhecerá retroativamente os ajustes aos valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição. No entanto, considerando que a Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. possuía substancialmente ativo imobilizado já avaliado ao valor justo na data da aquisição, a Companhia, provisoriamente, alocou o ágio pago na aquisição como rentabilidade futura.

Em 31 de dezembro de 2011, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio e uma taxa de desconto após impostos de 11,92% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 3%, a qual não excede o crescimento do produto interno bruto e/ou de mercado, esperado no Brasil. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa foram as seguintes:

Incremento na receita líquida

- A Administração projeta o crescimento da receita com foco na expansão geográfica, expansão operacional e incremento de shows nas praças onde já atua de forma verticalizada. O foco da expansão geográfica está nas principais capitais do Brasil, com potencial de público ainda pouco explorado.

Margem bruta projetada

- Margem bruta projetada reflete o incremento de atividade, associada a esperadas melhorias de eficiência.

Inflação dos preços dos ingressos

- Foram consideradas as previsões para os índices de preços ao consumidor dos países em que a Companhia atua para o período das projeções.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Custo reavaliado:					
Terrenos	-	-	-	462	465
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	73.905	82.871	98.572	106.999
Móveis e utensílios	6	4.733	7.110	9.571	11.090
Máquinas e equipamentos	7	10.985	14.532	29.407	19.408
Equipamentos de processamento de dados	17	6.662	5.800	11.154	9.778
Estruturas	10	105	-	10.129	-
Veículos	20	734	661	5.442	4.195
Adiantamento de imobilizado	-	165	150	172	176
Total		97.289	111.124	164.909	152.111

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(72.083)	(76.395)	(89.886)	(93.165)
Móveis e utensílios	6	(2.359)	(2.181)	(5.316)	(4.618)
Máquinas e equipamentos	7	(4.974)	(4.638)	(9.317)	(7.118)
Equipamentos de processamento de dados	17	(4.163)	(3.668)	(7.899)	(6.892)
Estruturas	10	-	-	(775)	-
Veículos	20	(397)	(303)	(1.341)	(728)
Total		(83.976)	(87.185)	(114.534)	(112.521)

Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	462	465
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		1.822	6.476	8.686	13.834
Móveis e utensílios		2.374	4.929	4.255	6.472
Máquinas e equipamentos		6.011	9.894	20.090	12.290
Equipamentos de processamento de dados		2.499	2.132	3.255	2.886
Estruturas		105	-	9.354	-
Veículos		337	358	4.101	3.467
Adiantamento de imobilizado		165	150	172	176
Total		13.313	23.939	50.375	39.590

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada pela Companhia a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo

com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

A rubrica “Outros intangíveis” representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
		Custo	-	5.309	4.874
Amortização	20	(3.232)	(2.824)	(8.966)	(8.375)
Total		<u>2.077</u>	<u>2.050</u>	<u>3.547</u>	<u>3.353</u>

c) Composição do imobilizado reavaliado

c.1) 30 de setembro de 2012

	30/09/12		
	Controladora		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-
Móveis e utensílios	780	(314)	466
Máquinas e equipamentos	2.300	(619)	1.681
Equipamentos de processamento de dados	296	(190)	106
	<u>28.710</u>	<u>(26.457)</u>	<u>2.253</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(766)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2012			<u>1.487</u>

	30/09/12		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-
Móveis e utensílios	1.363	(694)	669
Máquinas e equipamentos	4.104	(1.645)	2.459
Equipamentos de processamento de dados	422	(302)	120
	<u>31.223</u>	<u>(27.975)</u>	3.248
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.104)
Eliminações do consolidado (i)			<u>(657)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2012			<u>1.487</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

c.2) 31 de dezembro de 2011

	31/12/11		
	Controladora		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	789	(281)	508
Máquinas e equipamentos	2.339	(568)	1.771
Equipamentos de processamento de dados	367	(239)	128
	<u>30.369</u>	<u>(27.962)</u>	2.407
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(818)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011			<u>1.589</u>

	31/12/11		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	1.378	(642)	736
Máquinas e equipamentos	4.151	(1.567)	2.584
Equipamentos de processamento de dados	494	(346)	148
	<u>32.897</u>	<u>(29.429)</u>	<u>3.468</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.179)
Eliminações do consolidado (i)			<u>(700)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011			<u>1.589</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Saldo inicial	23.939	12.123	39.590	23.452
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	662	722	970	2.343
Móveis e utensílios	194	319	891	674
Máquinas e equipamentos	829	312	14.303	555
Equipamentos de processamento de dados	1.223	209	1.520	509
Estruturas	677	-	10.650	-
Veículos	73	-	1.334	3.001
Adiantamento de imobilizado	15	5.837	15	5.844
Total de adições	<u>3.673</u>	<u>7.399</u>	<u>29.683</u>	<u>12.926</u>
Baixas líquidas	(12.382)	164	(12.397)	152
Depreciação	(1.917)	(1.509)	(6.543)	(3.315)
Efeitos de variação cambial	-	-	42	66
Saldo final	<u>13.313</u>	<u>18.177</u>	<u>50.375</u>	<u>33.281</u>

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$887, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Saldo inicial	2.050	1.944	3.353	2.161
Adições:				
Software	441	605	1.111	630
Amortização	(411)	(385)	(632)	(491)
Baixas líquidas	(3)	-	(328)	-
Efeitos de variação cambial	-	-	43	11
Saldo final	<u>2.077</u>	<u>2.164</u>	<u>3.547</u>	<u>2.311</u>

Anualmente, em atendimento ao CPC 01 (R1), os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia são submetidos ao teste de “impairment”, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados, para avaliação da existência de eventuais perdas a serem reconhecidas. Em 31 de dezembro de 2011, a análise de “impairment” preparada pela Administração da Companhia não indicou nenhuma perda a ser registrada.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Fornecedores nacionais	22.884	17.225	51.256	35.813
Fornecedores estrangeiros	5.112	6.100	7.744	8.175
Total	<u>27.996</u>	<u>23.325</u>	<u>59.000</u>	<u>43.988</u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Debêntures (a)	CDI + 1,47% a 2,09%	93.886	135.681	93.886	135.681
Empréstimo (b)	Pesos argentinos + 23,25%	-	-	14.919	-
Empréstimo	Pesos chilenos + 14,25%	-	-	3.015	-
Total		<u>93.886</u>	<u>135.681</u>	<u>111.820</u>	<u>135.681</u>
Parcela do passivo circulante		37.636	41.931	55.570	41.931
Parcela do passivo não circulante		56.250	93.750	56.250	93.750

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010, com o Banco Bradesco BBI S.A., o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

a.1) Em 30 de setembro de 2012, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:

- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
- ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
- iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
- iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000.
- v) Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim.
- vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.
- vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.
- viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
- x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.

As debêntures não estão sujeitas à repactuação.

a.2) As debêntures são garantidas por:

- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes dos contratos de patrocínio em vigor na data de assinatura da escritura de emissão.
- iii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito das bandeiras de cartão de crédito.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2014	37.500
2015	<u>18.750</u>
Total	<u><u>56.250</u></u>

b) Empréstimos e financiamentos

As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows de grandes artistas internacionais que deverão se apresentar ainda em 2012.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática junto à instituição financeira. Em 30 de setembro de 2012, a controlada adquirente, T4F Entretenimento Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas e descritas a seguir:

- i) Modificações na situação patrimonial do prestador da garantia, fiador ou avalista conforme o caso;
- ii) Falha ou inexatidão de qualquer das declarações e garantias formuladas no requerimento da linha de crédito;
- iii) Caso a adquirente do empréstimo entre em concordata ou falir, ou estes requerimentos forem pedidos por terceiros;
- iv) Caso a adquirente do empréstimo proponha um acordo preventivo extrajudicial com seus credores ou incorrer no não pagamento dos mesmos;
- v) Não cumprimento de qualquer outra obrigação que a adquirente tenha contraído com o banco ou com qualquer outro credor, seja este financeiro ou não;

- vi) Se a adquirente se negar a facilitar as verificações ou reemitir as informações que conforme mencionado em contrato é obrigada a apresentar ao Banco ou ao Banco Central da Republica Argentina.
- vii) Falta de pagamento dos juros e do principal em seu vencimento;
- viii) Caso seja ordenado algum embargo, restrição ou outra medida cautelar sobre os bens da adquirente;
- ix) Seja identificado qualquer outra circunstancia que a critério do banco afete a solvência da adquirente (incluindo, mas não se limitando a liberação de cheques sem fundos suficientes da adquirente; sua suspensão ou inabilitação para operar pagamentos; o protesto de documentos garantidos e endossados entregues pela adquirente; o fechamento de suas contas correntes
- x) A adquirente se obriga a comunicar previamente ao Banco qualquer processo de reorganização societária, modificação de seu objeto social, mudança de controle direto ou indireto que a mesma esteja envolvida.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
COFINS a recolher	518	2	991	203
PIS a recolher	111	1	217	47
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.666	4.659	4.122	5.069
Parcelamento - ISS	-	-	-	170
IRPJ e CSLL a recolher	-	1.245	5.213	5.063
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	614	615	614	615
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2	2	50	42
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	903	1.000
IVA	-	-	35	1.558
PIS e COFINS - parcelamento	-	78	-	78
Outros	394	463	691	1.342
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	798	1.010
Passivo circulante	<u>5.305</u>	<u>7.065</u>	<u>13.634</u>	<u>16.197</u>
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	5.519	6.113	5.519	6.113
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	1.690	2.313
Passivo não circulante	<u>5.519</u>	<u>6.113</u>	<u>7.209</u>	<u>8.426</u>

(a) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe

um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em novembro de 2009 para débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. A consolidação deste parcelamento foi concretizada em 24 de junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento.

Conforme previsto em referida Lei, ao aderir a tal parcelamento, a Companhia se beneficia da redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida. Adicionalmente, a Companhia poderia optar pelo pagamento ou parcelamento dos débitos, podendo liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios remanescentes, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, não reduzidos nos critérios da referida Lei, com a utilização de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social próprios.

Sendo assim, o valor consolidado destes débitos foi no montante de R\$10.147, tendo a Companhia optado em liquidar parte destes débitos com o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$3.344 e R\$1.204, respectivamente, reconhecidos no resultado financeiro, para compensação de multas e juros referentes aos processos. Sendo assim, o saldo restante objeto do parcelamento, foi no montante de R\$5.599, para pagamento em 120 meses, cujo início foi em de junho de 2011. Em 30 de setembro de 2012, o saldo remanescente era de R\$4.728.

(b) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei Municipal nº 15.406/11

Em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários administrados pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada pela Administração e de seus assessores jurídicos como sendo possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de setembro de 2012 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.481.

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) No período findo em 30 de setembro de 2012 as controladas no exterior T4F Entretenimento Argentina S.A (i, ii) e Ticketeck Argentina S.A (iii) são participantes de programas de

negociação de impostos junto as autoridades fiscais locais argentinas para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 3 de novembro de 2009 e 25 de fevereiro de 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 29 e 32 meses respectivamente); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 31 de agosto de 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 86 meses) e; (iii) imposto sobre a renda (adesão feita em 1º de julho de 2009, com período total negociado de 36 meses, com saldo remanescente a ser liquidado no curto prazo).

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandising” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do exercício à medida que os serviços forem prestados.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Contratos de “naming rights” (a)	-	1.253	1.586	1.739
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	19.455	7.361	23.637	19.086
Eventos privados (b.2)	2.534	600	3.725	1.100
Vendas antecipadas de ingressos (c)	63.584	46.522	130.245	47.347
Intermediação de shows	-	-	-	114
Passivo circulante	<u>85.573</u>	<u>55.736</u>	<u>159.193</u>	<u>69.386</u>

(a) Contratos de “naming rights”

Consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, para uso em todo espetáculo artístico e cultural aberto ao público, por período determinado e mediante pagamento de determinado valor por tal uso.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, mediante o pagamento de determinado valor.

(c) Vendas antecipadas de ingressos

Referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Lei Rouanet

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99.

Os valores recebidos pela Companhia são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto em uma instituição financeira determinada pelo Ministério da Cultura e apresentados na rubrica “Caixa restrito”, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos para a realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado.

A seguir, composição dos montantes envolvidos:

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Nº Pronac</u>	<u>Valor</u>		
		<u>aprovado</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	-	3
A Família Addams	11 7286	13.617	3.137	8.650
Esplendores do Vaticano	11 13405	8.388	1.768	-
Mamma Mia	09 7620	13.396	-	1.490
Sky Mirage	10 12564	5.893	-	51
Titanic	10 12582	2.986	-	1.136
Total		<u>50.247</u>	<u>4.905</u>	<u>11.330</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	31/12/11	Adições	Baixas	30/09/12
As Bruxas de Eastwick	3	35	(38)	-
A Família Addams	8.650	2.620	(8.133)	3.137
Esplendores do Vaticano	-	2.230	(462)	1.768
Mamma Mia	1.490	162	(1.652)	-
Sky Mirage	51	5	(56)	-
Titanic	1.136	28	(1.164)	-
Total	<u>11.330</u>	<u>5.080</u>	<u>(11.505)</u>	<u>4.905</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Trabalhistas	7.418	7.376	8.413	8.144
Cíveis	10.813	8.059	12.194	9.374
Tributários	474	1.756	2.850	4.597
Total	<u>18.705</u>	<u>17.191</u>	<u>23.457</u>	<u>22.115</u>
Circulante	920	3.034	1.096	3.182
Não circulante	17.785	14.157	22.361	18.933

20.1) Provisões tributárias

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza tributária para os casos cuja probabilidade de perda é provável, conforme opinião dos assessores jurídicos.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais riscos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$31.800 (R\$28.084 em 31 de dezembro de 2011).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos judiciais ou administrativos envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto acrescido de multa e juros legais. Em 30 de setembro de 2012, o montante global desses processos, classificados como perda possível é de aproximadamente R\$7.517, não há processos classificados como perda provável. Em

todos esses processos a Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento definitivo na esfera administrativa ou judicial. Nos casos de processos judiciais, a Companhia ofereceu garantia mediante depósito em dinheiro, cartas de fiança ou nomeação de bens móveis de sua propriedade. Tais processos são relativos, principalmente, ao ISS com as Prefeituras dos Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. A Companhia alega a ilegalidade e discute a incidência desse imposto sobre a prestação de serviços para ingressos cancelados, cortesia, serviços de entretenimento, receitas de aluguel de suítes e espaços para eventos e cessão de espaços.

Em fevereiro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Município de São Paulo, com o objetivo de afastar qualquer ato tendente a exigir o recolhimento de ISS em razão da isenção tributária prevista na Lei Municipal nº 15.134/10. A liminar foi concedida em fevereiro de 2011 e, posteriormente, confirmada por meio de sentença favorável à Companhia de abril de 2011, que reconheceu seu direito à isenção prevista na citada Lei. Atualmente, aguarda-se julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes. O montante do imposto, objeto da discussão, no período compreendido entre abril de 2010 até 30 de setembro de 2012, é de R\$4.798. Conforme assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desse caso é possível.

- b) A Companhia, em dezembro de 2009, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute o valor de R\$7.360 que decorre, em suma, da cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2012, o valor atualizado do processo é R\$9.019.
- c) A Companhia, em julho de 2010, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, sendo discutido o valor de R\$2.279, decorrente, em suma, da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00, os quais foram acrescidos de multa de ofício (75%) e juros de mora, referentes ao ano-calendário 2007. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa. Em 30 de setembro de 2012, o valor atualizado do processo é R\$2.691. Em setembro de 2012, a Companhia recebeu novo auto de infração, referente aos anos calendários de 2008 e 2009, com imposição de multa no valor de R\$5.654. A Companhia apresentou defesa e espera julgamento na instância administrativa. Os assessores jurídicos entendem que a probabilidade de perda para estes autos é possível.

20.2) Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza trabalhista e previdenciária cuja probabilidade de perda é provável, conforme opinião dos assessores jurídicos.

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$11.315 (R\$8.144 em 31 de dezembro de 2011).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O processo, em trâmite perante a 30ª Vara do Trabalho de São Paulo, em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 30 de setembro de 2012 encontra-se em fase de execução da sentença proferida em primeira instância, não havendo recurso pendente de julgamento. O valor bruto em discussão é de R\$1.959. Em 26 de abril de 2012 a Companhia ajuizou perante o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo uma Ação Rescisória contra a decisão que reconheceu o vínculo de emprego entre as partes, e aguarda sentença. A classificação de perda da Companhia nesta Ação Rescisória é classificada como possível pelos assessores jurídicos.
- b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto contra as seguintes empresas: T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A., T4F Entretenimientos Argentina S.A., B.A. Inversiones S.A., Pop Art S.A., Clemente Lococo S.A., Ticketmaster S.A. e T4F Entretenimento S.A. O reclamante questiona, em suma, diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia e as empresas acionadas apresentaram defesa em dezembro de 2010, sendo que o processo aguarda instrução (produção de provas) e o julgamento. O valor envolvido em 30 de setembro de 2012 é de aproximadamente R\$4.225, cuja probabilidade de perda é possível.
- c) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto contra T4F Entretenimientos Argentina S.A. e a Companhia. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A controlada, citada em junho de 2012, apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado, em 30 de setembro de 2012, é de R\$2.900, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza cível, classificadas como risco de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais alegações no Brasil advêm de violação às normas consumistas e na Argentina perseguem-se responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor.

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais processos cíveis classificados como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$64.891 (R\$61.514 em 31 de dezembro de 2011).

Dos processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$30.616, correspondente a 1/3 do total pleiteado, conforme descrito a seguir: o processo, em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, refere-se a uma ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência, o que o autorizará, se acolhidos os pedidos da demanda, a exigir e executar um, alguns ou todos os réus, de tal modo que aquele dos réus que satisfizer a obrigação poderá, subseqüentemente, em regresso, buscar reaver dos demais os respectivos quinhões. Em fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando totalmente improcedente a ação, reconhecendo a inexistência de um pré-contrato vinculante entre as partes, bem como a impossibilidade de incidência da cláusula penal prevista no acordo de exclusividade pactuado. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.
- b) A Companhia é autora reconvida em demanda, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de São Paulo, movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy do Brasil Ltda. pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy do Brasil Ltda. foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. Referido período foi reduzido para 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005, em julgamento de recurso de apelação da Companhia. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença, e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Em 30 de setembro de 2012 a estimativa atualizada do referido processo é R\$9.670.
- c) Em agosto de 2011 a Companhia entrou com ação contra a TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A. Neste processo discute-se a rescisão de contrato de patrocínio firmado entre as partes. Em 16 de agosto de 2011, foi distribuída ação das autoras TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A contra a Companhia, na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 26 de setembro de 2011 a Companhia apresentou sua contestação da ação. Atualmente os dois processos tramitam juntos na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, e aguardam sentença. Em 30 de setembro de 2012, o montante em discussão é de aproximadamente R\$3.392, e a probabilidade de perda da Companhia, foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível.
- d) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial do Foro Central da Capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheterias oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou defesa e houve sentença de improcedência do pedido do Ministério Público. O recurso de

apelação interposto pelo Ministério Público foi julgado parcialmente provido em janeiro de 2012, para: (a) condenar a Companhia na devolução em dobro da denominada “taxa de retirada” ou “Will Call”, quando cobrada sem a devida contraprestação, qual seja, a entrega dos ingressos no domicílio do consumidor ou em outro endereço por ele indicado; (b) condenar a Companhia em obrigação de fazer, consistente na disponibilização aos consumidores, que optarem por adquirir os ingressos pelos meios que permitem a cobrança de taxa de conveniência, de forma igualitária, o acesso à escolha dos diversos tipos de assentos disponibilizados para as bilheterias oficiais (em que não é cobrada a referida taxa) e; (c) manteve-se a sentença de primeiro grau no que se refere a licitude da cobrança da denominada taxa de conveniência. A Companhia apresentou recurso contra a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e aguarda julgamento definitivo. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda, em relação ao item (a) é provável, em relação ao item (b) possível e em relação ao item (c) remota;

- e) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia: (1) de taxa de conveniência quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica ou por telefone; e (2) de taxa de entrega (“will call”) quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. Além disso, o Ministério Público pede a condenação da Companhia à restituição aos consumidores dos valores pagos a título de taxa de conveniência e de entrega, após o trânsito em julgado da decisão. A Companhia apresentou defesa e em maio de 2012 e a ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência, e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de retirada, quando o cliente pagar a taxa de conveniência. Neste último ponto a Companhia foi condenada na restituição de valores da taxa de retirada pagos pelos consumidores, atualizados desde a data do desembolso, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, desde a data da citação, aos consumidores que se habilitarem nos autos do processo e fizerem prova de que pagaram pela taxa em questão, respeitados os prazos de decadência e prescrição. A Companhia apresentou, em 31 de julho de 2012, recurso de apelação para a reforma da sentença em relação ao ponto que lhe foi desfavorável.
- f) Ação Civil Pública proposta pelo Procon de Curitiba/PR, em trâmite perante a 18ª Vara Cível do Foro Central de Curitiba, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$500, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, ou qualquer outra taxa semelhante, quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica, por telefone ou em pontos adicionais à bilheteria oficial. A Companhia foi citada em setembro de 2012, apresentou defesa e aguarda prolação de sentença.
- g) A Companhia, nos anos 2010 e 2011, foi autuada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, cujos autos de infração envolvem o valor de R\$1.786. Tais autuações decorrem da realização pela Companhia de pré-venda de ingressos a clientes de patrocinadores e limitação de venda de meia-entrada a estudantes no Município de São Paulo, entre outros atos que, segundo entendimento do PROCON, consistem em condutas infringentes ao Código de Defesa do Consumidor. Todos os processos tem probabilidade de perda avaliada como possível, e os autos de infração encontram-se em discussão na esfera administrativa.

- h) Em 30 de setembro de 2012 a Companhia figurava como parte ativa da ação renovatória de contrato de locação do seguinte imóvel: Credicard Hall – São Paulo, ação de julho de 2009, que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo. Em 30 de maio de 2012 foi prolatada a sentença, tendo sido a ação julgada procedente, para declarar a renovação do contrato de locação a partir de 15 de janeiro de 2010 pelo prazo adicional de 12 (doze) anos, permanecendo, entretanto, a obrigação de pagamento de diferenças de alugueres que, do período de 15 de janeiro de 2010 até 30 de junho de 2012, estimada no valor de R\$10.053. Em 16 de agosto de 2012 a Companhia apresentou recurso de apelação para discutir unicamente valor de aluguel, pendente de julgamento. No período findo em 30 de setembro de 2012 a Companhia possui provisão registrada para a diferença do valor do aluguel em discussão.

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

<u>Controladora</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/09/12</u>	
Trabalhistas	7.376	496	(758)	304	7.418	
Cíveis	8.059	2.898	(144)	-	10.813	
Tributários	1.756	(798)	-	(484)	474	
Total	17.191	2.596	(902)	(180)	18.705	

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Efeitos de variação cambial</u>	<u>30/09/12</u>
Trabalhistas	8.144	651	(758)	381	(5)	8.413
Cíveis	9.374	2.775	(224)	278	(9)	12.194
Tributários	4.597	(1.468)	-	(266)	(13)	2.850
Total	22.115	1.958	(982)	393	(27)	23.457

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 69.791.465 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia naquela data, à razão de 4/1, de forma que cada 4 ações ordinárias de sua emissão passaram a corresponder a 1 ação ordinária, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital social de 229.865.248 ações ordinárias para 57.466.312 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações.

Em 14 de fevereiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de

capital da Companhia, no valor de R\$13.075, sem a emissão de novas ações ordinárias e nominativas sem valor nominal. Referido aumento de capital ocorreu com a utilização das reservas de retenção de lucros existentes até 31 de dezembro de 2010.

Em 11 de abril de 2011, conforme aprovado pelo Conselho da Administração, foram emitidas 11.724.138 ações subscritas e integralizadas com recursos obtidos em oferta pública de ações na BM&FBOVESPA. A liquidação das ações comercializadas ocorreu em 15 de abril de 2011, o montante total captado foi de R\$187.586, tendo a Companhia, incorrido em gastos na emissão dessas ações no montante de R\$9.665, líquido dos efeitos tributários de R\$4.978. A referida captação foi contabilizada pelo valor líquido dos referidos gastos em atendimento ao disposto no CPC 08 – Emissão de Títulos e Valores Mobiliários e os gastos com emissões de ações, no montante de R\$9.665, estão apresentados em conta redutora específica no Patrimônio Líquido.

Conforme aprovação do Conselho de Administração, até a data do encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista o exercício de opções de compra de ações por executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações (vide nota explicativa nº 31).

b) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Os dividendos mínimos obrigatórios destacados em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$14.265, foram pagos em 11 de julho de 2012.

c) Reserva legal

De acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 30 de setembro de 2012, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, no subgrupo “Ajustes de avaliação patrimonial”, ganho relativo ao ajuste de variação cambial na conversão de informações contábeis intermediárias das controladas no exterior, no montante de R\$15.936 (ganho acumulado de R\$5.398 em 31 de dezembro de 2011).

f) Reserva de capital

Refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações, descrito na nota explicativa nº 31.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Receita bruta:				
Receita bruta de serviços	78.401	321.217	77.996	259.817
Receita bruta de produtos	-	409	-	-
Impostos incidentes	(9.198)	(40.434)	(9.919)	(32.311)
Receita líquida	<u>69.203</u>	<u>281.192</u>	<u>68.077</u>	<u>227.506</u>

	Consolidado			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Receita bruta:				
Receita bruta de serviços	148.419	468.699	120.734	409.451
Receita bruta de produtos	5.806	21.397	4.066	13.841
Impostos incidentes	(16.553)	(55.359)	(13.286)	(45.397)
Receita líquida	<u>137.672</u>	<u>434.737</u>	<u>111.514</u>	<u>377.895</u>

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	80	105	130	32
Serviços de terceiros	(7.519)	(15.438)	(5.685)	(15.444)
Utilidades e facilidades	(996)	(2.741)	(824)	(2.173)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(5.073)	(22.697)	(8.022)	(26.415)
Outras despesas operacionais	(735)	(1.343)	(693)	(239)
Despesas operacionais	<u>(14.243)</u>	<u>(42.114)</u>	<u>(15.094)</u>	<u>(44.239)</u>
Gerais e administrativas	(12.909)	(34.176)	(13.800)	(38.216)
Remuneração dos administradores	(1.334)	(7.938)	(1.294)	(6.023)
Total das despesas por natureza	<u>(14.243)</u>	<u>(42.114)</u>	<u>(15.094)</u>	<u>(44.239)</u>

	Consolidado			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	143	66	1.069	960
Serviços de terceiros	(9.925)	(22.858)	(9.841)	(26.725)
Utilidades e facilidades	(1.762)	(4.976)	(942)	(2.527)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(9.753)	(37.167)	(12.010)	(38.809)
Outras despesas operacionais	(1.578)	(3.417)	(414)	1.279
Despesas operacionais	<u>(22.875)</u>	<u>(68.352)</u>	<u>(22.138)</u>	<u>(65.822)</u>
Gerais e administrativas	(21.175)	(59.434)	(20.758)	(59.331)
Remuneração dos administradores	(1.700)	(8.918)	(1.380)	(6.491)
Total das despesas por natureza	<u>(22.875)</u>	<u>(68.352)</u>	<u>(22.138)</u>	<u>(65.822)</u>

24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	Controladora			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Salários e bonificações	(2.011)	(12.471)	(4.173)	(15.060)
Despesa de férias	(495)	(1.434)	(427)	(1.237)
Despesa de 13º salário	(346)	(982)	(299)	(870)
Encargos sociais	(1.881)	(5.506)	(1.563)	(4.755)
Participação nos resultados - bônus	-	(1.336)	(542)	(1.438)
Pagamentos baseados em ações	(120)	(277)	(548)	(1.625)
Outros benefícios a empregados (i)	(801)	(2.307)	(774)	(2.378)
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(5.654)</u>	<u>(24.313)</u>	<u>(8.326)</u>	<u>(27.363)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(581)	(1.616)	(304)	(948)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(5.073)	(22.697)	(8.022)	(26.415)
	<u>(5.654)</u>	<u>(24.313)</u>	<u>(8.326)</u>	<u>(27.363)</u>

	Consolidado			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Salários e bonificações	(8.723)	(27.141)	(7.577)	(26.889)
Despesa de férias	(709)	(1.984)	(599)	(1.720)
Despesa de 13º salário	(628)	(1.735)	(526)	(1.544)
Encargos sociais	(3.274)	(9.346)	(3.408)	(8.412)
Participação nos resultados - bônus	-	(1.321)	(715)	(1.735)
Pagamentos baseados em ações	(120)	(277)	(548)	(1.625)
Outros benefícios a empregados (i)	800	(3.834)	(1.135)	(3.799)
Total de despesas com benefícios a empregados	(12.654)	(45.638)	(14.508)	(45.724)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(2.901)	(8.471)	(2.498)	(6.915)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(9.753)	(37.167)	(12.010)	(38.809)
	(12.654)	(45.638)	(14.508)	(45.724)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(187)	(551)	(141)	(270)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(68)	(251)	(38)	(190)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(985)	-	-
Multas - processos contingentes	(3)	(16)	-	(1)
Perdas de investimentos em fundos cambiais	-	-	-	(315)
Juros com debêntures	(2.765)	(9.686)	(5.178)	(14.569)
Outras	(625)	(1.239)	(202)	(687)
Total	(3.648)	(12.728)	(5.559)	(16.032)

	Consolidado			
	01/07/12	01/01/12	01/07/11	01/01/11
	a 30/09/12	a 30/09/12	a 30/09/11	a 30/09/11
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(1.162)	(2.270)	(240)	(933)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(983)	(2.255)	(606)	(1.639)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(985)	-	-
Multas - processos contingentes	(5)	(25)	(6)	(18)
Perdas de investimentos em fundos cambiais	-	-	-	(315)
Juros com debêntures	(2.765)	(9.686)	(5.178)	(14.569)
Outras	(646)	(1.371)	(412)	(1.124)
Total	<u>(5.561)</u>	<u>(16.592)</u>	<u>(6.442)</u>	<u>(18.598)</u>

	Controladora			
	01/07/12	01/01/12	01/07/11	01/01/11
	a 30/09/12	a 30/09/12	a 30/09/11	a 30/09/11
Receitas financeiras:				
Juros ativos	70	637	135	4.790
Rendimentos de aplicações financeiras	3.497	11.924	6.597	13.586
Outras	(57)	34	257	270
Total	<u>3.510</u>	<u>12.595</u>	<u>6.989</u>	<u>18.646</u>

	Consolidado			
	01/07/12	01/01/12	01/07/11	01/01/11
	a 30/09/12	a 30/09/12	a 30/09/11	a 30/09/11
Receitas financeiras:				
Juros ativos	19	1.003	46	5.097
Rendimentos de aplicações financeiras	3.625	12.725	7.095	15.005
Outras	(110)	(2)	478	521
Total	<u>3.534</u>	<u>13.726</u>	<u>7.619</u>	<u>20.623</u>

	Controladora			
	01/07/12	01/01/12	01/07/11	01/01/11
	a 30/09/12	a 30/09/12	a 30/09/11	a 30/09/11
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(1.037)	(6.408)	(4.151)	(5.960)
Ativas	636	5.127	4.798	6.537
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	107	159	(124)	(418)
Ativas	1	8	18	82
Total	<u>(293)</u>	<u>(1.114)</u>	<u>541</u>	<u>241</u>

	Consolidado			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(2.328)	(8.707)	(1.600)	(5.548)
Ativas	108	3.696	4.131	7.307
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	106	115	(160)	(526)
Ativas	(85)	(103)	22	116
Total	<u>(2.199)</u>	<u>(4.999)</u>	<u>2.393</u>	<u>1.349</u>

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	134	(2.596)	1.303	3.112
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(89)	(356)	(102)	(104)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(14)	263	747	770
Total	<u>31</u>	<u>(2.689)</u>	<u>1.948</u>	<u>3.778</u>

	Consolidado			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	195	(1.958)	1.695	4.582
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(90)	(365)	(102)	(104)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.098	2.859	1.669	3.164
Total	<u>1.203</u>	<u>536</u>	<u>3.262</u>	<u>7.642</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(2.155)</u>	<u>(7.940)</u>	<u>(5.999)</u>	<u>(26.339)</u>

	Consolidado			
	01/07/12	01/01/12	01/07/11	01/01/11
	a 30/09/12	a 30/09/12	a 30/09/11	a 30/09/11
Despesa de IRPJ corrente	(1.835)	(6.712)	(934)	(3.736)
Despesa de CSLL corrente	(412)	(927)	(174)	(628)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(1.059)</u>	<u>(5.953)</u>	<u>(4.573)</u>	<u>(24.787)</u>
Total	<u>(3.306)</u>	<u>(13.592)</u>	<u>(5.681)</u>	<u>(29.151)</u>

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do período é a seguinte:

	Controladora			
	01/07/12	01/01/12	01/07/11	01/01/11
	a 30/09/12	a 30/09/12	a 30/09/11	a 30/09/11
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	13.802	34.150	23.298	52.809
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(4.695)	(11.611)	(7.921)	(17.955)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(65)	(114)	(97)	(160)
Resultado de equivalência patrimonial	2.646	3.879	920	1.443
Plano de remuneração baseado em ações	(41)	(94)	(185)	(552)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	-	-	-	(11.391)
Outras	-	-	1.284	2.276
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(2.155)</u>	<u>(7.940)</u>	<u>(5.999)</u>	<u>(26.339)</u>

	Consolidado			
	01/07/12	01/01/12	01/07/11	01/01/11
	a 30/09/12	a 30/09/12	a 30/09/11	a 30/09/11
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	15.850	40.851	23.288	56.521
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(5.389)	(13.889)	(7.918)	(19.217)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(52)	(89)	(98)	(170)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	91	(486)	(30)	(119)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	323	1.132	49	414
Controlada tributada no exterior	1.762	(166)	(224)	(1.946)
Plano de remuneração baseado em ações	(41)	(94)	(185)	(552)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	-	-	-	(11.391)
Outras	-	-	2.725	3.830
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(3.306)</u>	<u>(13.592)</u>	<u>(5.681)</u>	<u>(29.151)</u>

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados

nas informações contábeis intermediárias na controladora e no consolidado:

Controladora	31/12/11	Reconhecido no resultado 01/07/12 a	Reconhecido no resultado do período	30/09/12
Impostos diferidos ativos sobre-				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	39.449	(4.035)	(12.105)	27.344
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49	(28)	(36)	13
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.845	(156)	515	6.360
Prejuízos fiscais	8.934	1.727	3.657	12.591
Base negativa de CSLL	3.641	622	1.392	5.033
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(817)	16	53	(764)
Variação cambial	(269)	105	374	105
Outras provisões	1.993	(406)	(1.790)	203
Total do ativo líquido	<u>58.825</u>	<u>(2.155)</u>	<u>(7.940)</u>	<u>50.885</u>

Consolidado	31/12/11	Reconhecido no resultado 01/07/12 a 30/09/12	Reconhecido no resultado do período	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/09/12
Impostos diferidos ativos sobre-					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 13)	39.449	(4.035)	(12.105)	-	27.344
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.218	885	(79)	(23)	1.116
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.696	(1.682)	572	(17)	7.251
Prejuízos fiscais	8.934	1.727	3.657	-	12.591
Base negativa de CSLL	3.641	622	1.392	-	5.033
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(817)	16	53	-	(764)
Variação cambial	(269)	105	374	-	105
Outras provisões	2.124	1.139	(210)	(3)	1.911
Total do ativo	<u>60.976</u>	<u>(1.223)</u>	<u>(6.346)</u>	<u>(43)</u>	<u>54.587</u>
Impostos diferidos passivos sobre-					
Não circulante:					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(361)	164	393	(2.400)	(2.368)
Total do passivo	<u>(361)</u>	<u>164</u>	<u>393</u>	<u>(2.400)</u>	<u>(2.368)</u>
Total líquido	<u>60.615</u>	<u>(1.059)</u>	<u>(5.953)</u>	<u>(2.443)</u>	<u>52.219</u>

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	30/09/12	31/12/11
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	10.604	8.659
Diferenças temporárias dedutíveis	<u>(515)</u>	<u>(444)</u>
	10.089	8.215
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do período	<u>3.430</u>	<u>2.793</u>

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Em decorrência do processo de incorporação efetuada em 30 de junho de 2007, foi transferido para a Companhia o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o montante da provisão para baixa do ágio que estava registrado na ADTSPE. Como o saldo do ágio será amortizado na proporção do resultado operacional após a incorporação, espera-se que o saldo desse imposto de renda e contribuição social diferidos seja realizado no máximo nos próximos cinco anos.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos técnicos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em setembro de 2012.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	12.366	14.453
2013	26.137	26.675
2014	9.071	9.608
2015	3.311	3.851
Total	<u>50.885</u>	<u>54.587</u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Rubrica	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Controladora	
			30/09/12	31/12/11
Debêntures (i)	Passivo circulante e não circulante	16	(93.886)	(135.681)
Bancos	Ativo circulante	6	9.491	2.508
Aplicações financeiras (ii)	Ativo circulante	6	162.253	217.065
Total de exposição			<u>77.858</u>	<u>83.892</u>

Rubrica	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Consolidado	
			30/09/12	31/12/11
Debêntures (i)	Passivo circulante e não circulante	16	(93.886)	(135.681)
Empréstimos e financiamentos	Passivo circulante	16	(17.934)	-
Bancos	Ativo circulante	6	9.491	2.508
Aplicações financeiras (ii)	Ativo circulante	6	182.646	238.923
Total de exposição			<u>80.317</u>	<u>105.750</u>

- (i) As debêntures são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa, escalonada, com inicial de 1,47% a.a. em 31 de março de 2010 e 2,09% a.a. em 25 de março de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 16.
- (ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

Adicionalmente, para atender à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 30 de setembro de 2012 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Controladora			
	30/09/12	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI - 7,88%	CDI - 9,85%	CDI - 11,82%
Debêntures	(93.886)	(103.371)	(105.258)	(107.146)
Aplicações financeiras	162.253	175.289	178.548	181.807
Exposição líquida	68.367	71.918	73.290	74.661

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$3.551 nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,06% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de setembro de 2012. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos, as estimativas gerariam uma variação líquida no resultado de R\$1.372 e R\$2.743, respectivamente, em comparação ao cenário provável.
- (ii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 25% na variável de risco.
- (iii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 50% na variável de risco.

	Consolidado			
	30/09/12	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI-7,88% e TNA-21,08%	CDI-9,85% e TNA-26,35%	CDI-11,82% e TNA-31,62%
Debêntures	(93.886)	(103.371)	(105.258)	(107.146)
Empréstimos e financiamentos	(14.919)	(18.064)	(18.850)	(19.636)
Aplicações financeiras	162.253	175.289	178.548	181.807
Exposição líquida	53.448	53.854	54.440	55.025

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial.

Em 14 de agosto de 2012, a Companhia contratou nova NDF, no valor de USD 10.000.000 com taxa de 2,0549 a ser liquidada em 13 de novembro de 2012.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Contas		Controladora		Consolidado	
	patrimoniais	Moeda	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Bancos	Ativo circulante	Dólares norte-americanos	9.491	2.508	9.491	2.508
Aplicações financeiras	Ativo circulante	Dólares norte-americanos	-	-	528	1.423
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	Pesos argentinos	18.212	14.751	-	-
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	Dólares norte-americanos	6.093	5.332	7.695	7.329
Mútuo com partes relacionadas	Passivo circulante	Dólares norte-americanos	(15.709)	(14.547)	-	-
Fornecedores	Passivo circulante	Dólares norte-americanos	(5.112)	(6.100)	(7.744)	(8.175)
Total de exposição			<u>12.975</u>	<u>1.944</u>	<u>9.970</u>	<u>3.085</u>

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras.
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis intermediárias consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norte-americano.

Em 30 de setembro de 2012, foi estimado um aumento ou redução de 10% nas flutuações da taxa de juros. Essa oscilação de taxas teria aumentado ou reduzido o resultado financeiro em aproximadamente R\$2.218. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e dos financiamentos em aberto.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido detalhado na nota explicativa nº 25.

d) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a cobertura está demonstrada como segue:

		Importância segurada	
		30/09/12	31/12/11
	<u>Modalidade</u>		
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Responsabilidade civil geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, responsabilidade civil - empregador, responsabilidade civil - garagista e danos morais	35.451	24.244
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	89.590	82.743
		<u>125.041</u>	<u>106.987</u>

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, quais sejam, Credicard Hall e Citibank Hall Rio de Janeiro, além do Teatro Opera Citi em Buenos Aires, Argentina, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das aludidas casas de espetáculos e a forma de exposição da

marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio e outras avenças, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em setembro de 2012 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até o 1º ano	11.591	14.632
Do 2º ao 5º ano	39.779	49.500
Após o 5º ano	<u>57.596</u>	<u>59.662</u>
Total	<u>108.966</u>	<u>123.794</u>

Cartas de garantia de crédito

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$123.100 mil e US\$20.120 mil, respectivamente.

c) Cartas de fiança

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$7.680 e R\$7.015, respectivamente.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, colaboradores em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou outras

companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As tranches anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas, caso o contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011 determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Dessa forma, em 13 de abril de 2011, as opções referentes a contratos vigentes à época, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data. As opções outorgadas após referida data foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”.

Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano de outorga</u>	<u>Quantidade de opções outorgadas</u>	<u>Valores registrados no resultado até 31/12/11</u>	<u>Valores registrados no resultado do trimestre findo em 30/09/12</u>	<u>Valores registrados no resultado do período findo em 30/09/12</u>	<u>Valores a registrar em períodos futuros</u>
2007	1.256.667	2.869	-	-	-
2008	505.576	1.287	10	127	-
2010	119.373	102	19	59	48
2012	139.500	-	91	91	603
Total	<u>2.021.116</u>	<u>4.258</u>	<u>120</u>	<u>277</u>	<u>651</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações em 13 de abril de 2011, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado					
	28/09/07	01/10/07	15/07/08	23/02/10	01/03/10	04/07/12
Número de executivos contemplados	2	1	2	1	1	4
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	28/9/2014	1/10/2014	15/7/2015	23/2/2017	1/3/2017	15/4/2013
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	34,60%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção em R\$	10,98	10,98	10,98	10,98	10,98	11,93
Indexador	Não indexado	Não indexado	1 contrato não indexado e outro indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo IGP-M
Preço para exercício, corrigido - R\$	10,98	10,98	10,98 e 16,93, respectivamente	16,93	16,93	16,41
Valor justo por opção – R\$:			(i)			
Série 1	5,02	5,02	5,02 e 0,00	0	0	5,04
Série 2	5,02	5,02	5,02 e 0,00	1,48	1,5	5,00
Série 3	5,02	5,02	5,28 e 0,66	2,22	2,23	4,95
Série 4	5,5	5,51	6,34 e 1,83	2,74	2,75	4,89

(i) Um plano não indexado e outro indexado pelo CDI, respectivamente.

Conforme aprovações do Conselho da Administração da Companhia, até a data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2012, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, a principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os valores fornecidos são consistentes com os saldos registrados nas informações contábeis intermediárias, bem como com as práticas contábeis aplicadas:

b) Informações geográficas

A Companhia opera em três principais áreas geográficas: Brasil, Argentina e Chile.

	Consolidado			
	01/07/12 à			
	30/09/12			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	74.471	27.103	36.098	137.672
Custos	(74.793)	(20.118)	-	(94.911)
Lucro bruto	(322)	6.985	36.098	42.761
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(6.179)	(6.308)	-	(12.487)
	(6.501)	677	36.098	30.274
Despesas administrativas				(10.198)
Resultado financeiro				(4.226)
Lucro antes dos impostos				15.850

	Consolidado 01/01/12 à 30/09/12			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	242.111	78.347	114.279	434.737
Custos	(259.027)	(54.282)	-	(313.309)
Lucro bruto	(16.916)	24.065	114.279	121.428
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(20.154)	(17.370)	-	(37.524)
	(37.070)	6.695	114.279	83.904
Despesas administrativas				(35.188)
Resultado financeiro				(7.865)
Lucro antes dos impostos				40.851

	Consolidado 01/07/11 à 30/09/11			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	50.401	30.892	30.221	111.514
Custos	(55.519)	(16.141)	-	(71.660)
Lucro bruto	(5.118)	14.751	30.221	39.854
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(4.593)	(4.952)	-	(9.545)
	(9.711)	9.799	30.221	30.309
Despesas administrativas				(10.591)
Resultado financeiro				3.570
Lucro antes dos impostos				23.288

	Consolidado			
	01/01/11 à			
	30/09/11			
	Promoção	Operações de	Patrocínio	Total
	de eventos	bilheteria,		
		alimentação e bebidas		
		e operação de casas		
		de espetáculo		
Receita líquida	224.445	66.734	86.716	377.895
Custos	(219.089)	(43.674)	-	(262.763)
Lucro bruto	5.356	23.060	86.716	115.132
Despesas operacionais				
alocáveis aos segmentos	(14.037)	(14.384)	-	(28.421)
	(8.681)	8.676	86.716	86.711
Despesas administrativas				(33.564)
Resultado financeiro				3.374
Lucro antes dos impostos				56.521

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado			
	01/07/12	01/01/12	01/07/11	01/01/11
	a 30/09/12	a 30/09/12	a 30/09/11	a 30/09/11
<u>Abertura geográfica dos resultados</u>				
Receita líquida				
Argentina	33.457	74.744	10.758	63.810
Brasil	96.422	339.583	90.818	281.232
Chile	7.793	20.410	9.938	32.853
	137.672	434.737	111.514	377.895
Lucro bruto				
Argentina	8.683	24.570	1.105	5.836
Brasil	28.465	87.515	36.734	103.075
Chile	5.613	9.343	2.015	6.221
	42.761	121.428	39.854	115.132
Lucro (prejuízo) operacional				
Argentina	2.382	7.172	(1.696)	(2.340)
Brasil	11.240	32.474	22.356	55.495
Chile	2.228	1.205	2.628	3.366
	15.850	40.851	23.288	56.521

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 30 de setembro de 2012 no montante de R\$57 na controladora e R\$113 no consolidado (R\$495 na controladora e R\$705 no consolidado em 30 de setembro de 2011).
- Retenção de dividendos da ex-acionista controladora CIE Internacional S.A, de C.V. no montante de R\$1.393 (R\$8.804 em 30 de setembro de 2011), referentes à liquidação parcial da dívida com a Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 12.
- Provisão de valores referente a dividendos mínimos obrigatórios a receber de controladas no montante de R\$2.555 em 31 de dezembro de 2011.
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais no montante de R\$8.038.
- Baixa de imobilizado para contribuição de capital na Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A., no montante de R\$12.300, e imposto de renda sobre ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R\$2.400. E adição de imobilizado para contribuição de capital de acionistas não controladores no montante de R\$6.715.

34. LUCRO POR AÇÃO

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição.

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir e considerando o grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2011.

	Controladora e Consolidado			
	01/07/12 a 30/09/12	01/01/12 a 30/09/12	01/07/11 a 30/09/11	01/01/11 a 30/09/11
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	<u>11.647</u>	<u>26.210</u>	<u>17.299</u>	<u>26.470</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>69.603.401</u>	<u>69.396.140</u>	<u>69.277.554</u>	<u>64.882.302</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>70.948.745</u>	<u>70.741.484</u>	<u>71.059.000</u>	<u>65.932.000</u>
Lucro básico por ação - em reais	<u>0,1673</u>	<u>0,3777</u>	<u>0,2497</u>	<u>0,4080</u>
Lucro diluído por ação - em reais	<u>0,1642</u>	<u>0,3705</u>	<u>0,2434</u>	<u>0,4015</u>

35. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 5 de novembro de 2012.

Mensagem da Administração

Prezados acionistas e agentes do mercado,

Apresentamos a seguir os comentários sobre as demonstrações financeiras referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2012 (3T12). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Durante o 3T12 apresentamos crescimento de 23% da receita líquida em comparação com mesmo período de 2011, apesar de termos sido afetados pela menor velocidade de venda dos shows outdoor internacionais a serem promovidos no 4T12, o que resultou em menor volume de taxas de conveniência. Este crescimento foi baseado principalmente em Eventos Família, Teatro e Exposições Culturais, e em Patrocínio.

Como resultado, o lucro bruto e EBITDA também apresentaram crescimento no mesmo período, ambos da ordem de 7%. Observamos, entretanto, perda de margem bruta como também de margem EBITDA, consequência, principalmente, de (i) mix de conteúdos; (ii) incremento de custos impactados por maiores gastos com logística associados a certos eventos, e (iii) a menor velocidade de venda dos conteúdos de shows outdoor.

Nosso lucro líquido apresentou queda de 29% devido principalmente ao resultado financeiro líquido, que foi impactado por menor volume de receitas financeiras e também variação cambial sobre saldos de empréstimos com subsidiárias.

Do ponto de vista operacional, apresentamos evolução nos nossos indicadores, especialmente no preço médio por ingresso que apresentou crescimento tanto em Música ao Vivo como Eventos Família e Teatro.

Durante este período, fechamos importante contrato de naming rights do nosso teatro em São Paulo que passou a ser chamar Teatro Renault a partir de novembro. O contrato tem um prazo de cinco anos (2017), renováveis por igual período. A grande estreia do Teatro Renault acontecerá em 2013 com o aclamado espetáculo musical O Rei Leão, a maior bilheteria da Broadway de todos os tempos e já visto por mais de 65 milhões de pessoas em todo o mundo.

Quando avaliamos os resultados acumulados dos últimos nove meses (9M12), podemos observar que a receita líquida cresceu 15%, o que nos garante confiança na estratégia que temos implementado, principalmente em função de forte demanda por nossos conteúdos de Eventos Família e Teatro.

No período de 9M12, o lucro bruto apresentou crescimento de 5%, mas por outro lado houve redução na margem bruta, devido, principalmente (i) ao mix de conteúdos na composição da receita do período, (ii) aumento de custos, (iii) como também efeito da desvalorização cambial em conteúdos internacionais. Por esta razão, ainda que as despesas com vendas e administrativas tenham crescido abaixo da receita líquida deste período, houve perda de margem EBITDA.

Apesar das nossas expectativas de finalizar o ano com importante crescimento de receita líquida, o baixo desempenho de vendas dos shows outdoor (15 apresentações) a se realizarem nos meses de novembro e dezembro, os quais trazem um importante volume de custos de cachê e produção, nos levam a esperar um EBITDA para 2012 não superior ao realizado no ano de 2011.

Independente do baixo desempenho destes shows específicos a serem promovidos no curto prazo, continuamos confiantes no nosso potencial de crescimento nos mercados em que operamos, assim como no nosso modelo de negócios com plataformas de conteúdos diversificados, aumento de cobertura geográfica e busca constante de incremento no nível de verticalização de nossas atividades.

Nossa experiência (track record), estrutura de negócios e conhecimento do setor, nos garante importante presença no mercado e, ainda que exista competição em nosso setor de atuação, acreditamos ser um player diferenciado e bem posicionado para capturar oportunidades nos diversos segmentos da indústria, assim como alcançar sinergias essenciais para potencializar nossa rentabilidade, sempre sendo seletivos na busca de conteúdos e na política de investimentos.

Comentário sobre o Desempenho do 3T12

Promoção de Eventos

Música ao Vivo

Música ao Vivo	9M12	9M11	Var. %	3T12	3T11	Var. %	out/11 - set/12	out/10 - set/11	Var. %
Receita Líquida - em 000 de R\$	107.107	168.646	-36%	21.227	25.848	-18%	199.282	256.432	-22%
Número de Eventos	236	271	-13%	85	83	2%	361	390	-7%
Ingressos Vendidos (000)	811	1.360	-40%	212	289	-27%	1.506	1.993	-24%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	139	133	4%	101	93	8%	132	137	-4%

Promovemos durante o 3T12, 85 shows de música ao vivo, representando um público pagante de 212 mil pessoas, versus 83 shows de música ao vivo e público pagante de 289 mil pessoas no 3T11. Dentre os shows realizados neste trimestre, promovemos diversas turnês sul-americanas de artistas da música internacional como *Scorpions*, *Alanis Morissette*, *Dream Theater*, *Liza Minelli*, *Morten Harket* (vocalista do A-ha), entre outros. Em nossa plataforma de música indoor, que representa importante componente na recorrência de conteúdos e receitas, tivemos a realização de mais de 40 shows de artistas de música nacional, como por exemplo, *Maria Rita*, *O Rappa* e *Kid Abelha*, com taxas de ocupação dentro das expectativas.

Quando comparada com o 3T11, verificamos queda de 18% na receita líquida, resultado, principalmente, do menor público pagante verificado entre os períodos em função da distribuição de shows outdoor (estádios) no calendário do ano. Enquanto no 3T11 tivemos 2 shows de *Judas Priest & Whitesnake* e 1 show de *Red Hot Chili Peppers* sendo realizados em estádios com capacidade média de público de 35 mil pessoas por apresentação, no 3T12 não promovemos nenhum show em estádio ou arenas ao ar livre.

A distribuição de shows outdoor na comparação entre os nove primeiros meses de 2011 e 2012 fica ainda mais evidente. Nos 9M12 promovemos 4 shows de *Roger Waters* no Brasil, com capacidade de público média de 55 mil pessoas por apresentação, enquanto que nos 9M11 havíamos promovido 7 shows da turnê sul-americana *U2 360°* com capacidade de público média de 75 mil pessoas por apresentação, além das turnês sul-americanas de *Ozzy Osbourne*, *Judas Priest & Whitesnake* e *Red Hot Chili Peppers*, num total de 16 apresentações em estádios no período.

Ressaltamos que em 2012 a maior concentração de shows de música ao vivo em estádios ocorrerá durante o 4T12, quando promoveremos as turnês sul-americanas de *Madonna* e *Lady Gaga*, somando 15 shows em 7 cidades distintas, além dos shows da banda *Linkin Park*, cujas apresentações ocorreram em outubro.

Eventos Família, Teatro e Exposições Culturais

Eventos Família, Teatro e Exposições Cultur.	9M12	9M11	Var. %	3T12	3T11	Var. %	out/11 - set/12	out/10 - set/11	Var. %
Receita Líquida - em 000 de R\$	123.631	45.003	175%	46.961	18.291	157%	174.896	52.450	233%
Número de Eventos*	648	584	11%	219	272	-19%	894	667	34%
Ingressos Vendidos (000)*	932	580	61%	288	236	22%	1.180	644	83%
Preço Médio por Ingresso (R\$)*	148	81	83%	173	92	87%	165	91	81%

* Não inclui Exposições Culturais

A receita líquida deste segmento totalizou no trimestre R\$47,0 milhões, representando um crescimento de 157% em relação ao 3T11. Esse forte crescimento da receita é resultado do incremento de ingressos vendidos (+22%) e importante aumento no preço médio dos eventos promovidos (+87%) devido ao diferente mix de conteúdos entre trimestres e a forte demanda.

As apresentações do espetáculo *A Família Addams*, no Teatro Renault, assim como no 2T12, permaneceram com excelentes taxas de ocupação. *Varekai*, quarto espetáculo do *Cirque du Soleil* que promovemos na América do Sul com início em setembro de 2011, encerrou sua turnê no Brasil com apresentações nas cidades de Curitiba e Porto Alegre. Este espetáculo encerrará sua turnê na América do Sul no 1T13 em Lima (Peru), depois de passar por Santiago (Chile) e Buenos Aires (Argentina). Ressaltamos que em março próximo, iniciaremos a turnê do quinto espetáculo do *Cirque du Soleil* na região, *Corteo*, com apresentações programadas para até dezembro de 2014.

Nos nove meses de 2012, a receita líquida deste segmento atingiu R\$123,6 milhões, incremento substancial de 175% quanto comparado ao mesmo período de 2011. Na comparação 9M12 versus 9M11, verificamos importante crescimento dos principais indicadores operacionais, como aumento no número de eventos promovidos (+11%), ingressos vendidos (+61%) e preço médio (+83%), em função da realização de maior quantidade de eventos *premium*¹ com forte aceitação pelo público.

Eventos Esportivos

Eventos Esportivos	9M12	9M11	Var. %	3T12	3T11	Var. %	out/11 - set/12	out/10 - set/11	Var. %
Receita Líquida - em 000 de R\$	11.373	10.795	5%	6.281	6.262	0%	13.773	13.606	1%

Em eventos esportivos registramos receita de R\$6,3 milhões no 3T12, em linha com mesmo período do ano anterior, mesmo considerando que a principal etapa da categoria da *Copa Caixa Stock Car*, a “*Corrida do Milhão*”, tenha sido realizada no terceiro trimestre em 2011 e, este ano ocorrerá no quarto trimestre. Mesmo com a diferença nos calendários verificamos em nossas diversas categorias de automobilismo incremento nas vendas de *hospitality centers* (camarotes especiais de empresas), ações de relacionamento e aumento do público pagante.

¹ Eventos com alto ticket médio e elevado público pagante

Operação de Bilheteria, Alimentos e Bebidas (A&B) e Casas de Espetáculos

Oper. de Bilheteria, A&B e Venues*	9M12	9M11	Var. %	3T12	3T11	Var. %	out/11 - set/12	out/10 - set/11	Var. %
Receita Líquida - em 000 de R\$	78.347	66.734	17%	27.103	30.892	-12%	112.134	101.406	11%

* Casas de Espetáculos

As receitas líquidas no 3T12 provenientes deste segmento totalizaram R\$27,1 milhões, redução de 12% em relação ao 3T11. Esta redução se deve, principalmente pela menor receita em *ticketing* tanto em shows realizados no período como nas vendas antecipadas de ingressos para os shows de música ao vivo outdoor do 4T12. Importante ressaltar, no entanto, que as receitas de aluguel de nossas casas de espetáculos para eventos corporativos, operações de A&B e merchandising, venda de ingressos nos espetáculos teatrais e de entretenimento familiar, importantes para recorrência dos resultados, mantiveram-se aquecidas durante todo o trimestre.

Quando comparamos o desempenho dos 9M12 versus 9M11 de maneira a eliminarmos algum efeito sazonal entre trimestres, constatamos crescimento de receita nesse segmento de 17%.

Patrocínio

Patrocínio	9M12	9M11	Var. %	3T12	3T11	Var. %	out/11 - set/12	out/10 - set/11	Var. %
Receita Líquida - em 000 de R\$	114.279	86.716	32%	36.098	30.221	19%	166.581	132.989	25%
Promoção de Eventos	95.521	71.525	34%	28.941	24.516	18%	141.800	108.917	30%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues*	18.758	15.191	23%	7.157	5.705	25%	24.780	24.073	3%

* Casas de Espetáculos

Registramos receita líquida de patrocínio de R\$36,1 milhões no 3T12 e de R\$114,3 milhões nos 9M12, representando um crescimento de 19% e de 32% sobre o 3T11 e 9M11, respectivamente. Esses aumentos de receita se devem a maiores montantes de patrocínio negociados em nossa plataforma de música ao vivo *indoor*, eventos família e teatro, e em propriedades específicas desenvolvidas para nossos patrocinadores.

Lucro Bruto

(em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)

Indicadores Financeiros	9M12	9M11	Var. %	3T12	3T11	Var. %	out/11 - set/12	out/10 - set/11	Var. %
Lucro Bruto	121.428	115.132	5%	42.761	39.854	7%	193.205	180.325	7%
Margem Bruta (%)	27,9%	30,5%	-2,6 p.p.	31,1%	35,7%	-4,6 p.p.	29,0%	32,4%	-3,4 p.p.

O lucro bruto do 3T12 atingiu R\$42,8 milhões, resultado 7% superior quando comparado ao 3T11. O incremento é explicado principalmente pelo melhor desempenho em nossa divisão de espetáculos teatrais e de eventos de entretenimento familiar.

No período de nove meses de 2012 (9M12), o lucro bruto atingiu R\$121,4 milhões, ante R\$115,1 milhões no mesmo período de 2011, crescimento de 5%. A margem bruta no período apresentou redução de 2.6 p.p, devido a uma combinação de fatores: (i) custos de logística atrelados ao espetáculo do *Cirque du Soleil* –

Varekai, que se apresentou em um número maior de praças² mas com menor tempo de apresentação em cada cidade do que comparado ao 3T11 (menor diluição dos custos de produção e logística). Além disso, parte do resultado destas praças, tais como alocação de patrocínio e receita com taxas de conveniência, foi reconhecida em períodos anteriores; (ii) desvalorização cambial de 19% verificada no período de 9M12, comparada aos nove meses de 2011, que impactou a margem bruta de conteúdos internacionais, cujos pagamentos dos cachês se dão em moeda estrangeira e; (iii) menor contribuição de receita de taxa de conveniência pela venda antecipada de ingressos nos shows de música ao vivo outdoor.

Importante salientar que, no período de doze meses acumulado até setembro de 2012, que avaliamos de forma a eliminarmos algum efeito sazonal, contabilizamos lucro bruto de R\$193,2 milhões, 7% de crescimento orgânico sobre o mesmo período do ano anterior.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras

(em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)

Despesas (Receitas) Operacionais	9M12	9M11	Var. %	3T12	3T11	Var. %	out/11 - set/12	out/10 - set/11	Var. %
Total	(72,7)	(62,0)	17%	(22,7)	(20,1)	13%	(95,4)	(84,1)	13%
Vendas	(4,9)	(3,8)	29%	(1,0)	(1,3)	-20%	(7,1)	(4,5)	58%
Gerais e administrativas	(59,4)	(59,3)	0%	(21,2)	(20,8)	2%	(82,4)	(82,1)	0%
Remuneração dos administradores	(8,9)	(6,5)	37%	(1,7)	(1,4)	23%	(10,6)	(7,2)	47%
Outras receitas operacionais, líquidas	0,5	7,6	-93%	1,2	3,3	-63%	4,6	9,6	-52%
Provisões (reversões) para contingências	(2,0)	4,6	n.a.	0,2	1,7	-88%	2,0	3,0	-33%
Outras	2,5	3,1	-18%	1,0	1,6	-36%	2,6	6,6	-61%
% Despesas/Receita Líquida	16,7%	16,4%	0,3 p.p.	16,5%	18,1%	-1,6 p.p.	14,3%	15,1%	-0,8 p.p.
% Despesas/Receita Líquida (ex-contingências)	16,3%	17,6%	-1,3 p.p.	16,6%	19,6%	-3,0 p.p.	14,6%	15,7%	-1,1 p.p.

As despesas com vendas, gerais e administrativas e outras no 3T12 totalizaram R\$22,7 milhões, aumento de 13% comparado aos R\$20,1 milhões no 3T11. Este incremento se deve a reversão no 3T11 de provisões para contingências no montante de R\$1,7 milhões. Ainda assim, em relação à receita líquida, as despesas caíram de 18,1% para 16,5%.

Nos período de 9M12, as despesas totalizaram R\$72,7 milhões, incremento de 17% em relação ao mesmo período de 2011, em função de (i) efeito das reversões de provisões para contingências de R\$4,6 milhões realizada nos 9M11 e, (ii) efeito nominal dos reajustes salariais e despesas gerais na Argentina. Considerando-se apenas as despesas administráveis, ou seja, excluindo-se os efeitos da reversão das provisões para contingências, verificamos crescimento nominal nas despesas de apenas 6%, redução de 17,6% para 16,3% em relação à receita líquida, refletindo maior otimização de nossa estrutura corporativa, em linha com nosso plano de diluição de gastos operacionais.

² Curitiba, Porto Alegre e Buenos Aires

EBITDA

(em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do EBITDA	9M12	9M11	Var. %	3T12	3T11	Var. %	out/11 - set/12	out/10 - set/11	Var. %
Lucro Líquido	27.259	27.370	0%	12.544	17.607	-29%	60.960	52.149	17%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	13.592	29.151	-53%	3.306	5.681	-42%	30.286	41.040	-26%
(+) Resultado Financeiro Líquido	7.865	(3.374)	n.d.	4.226	(3.570)	n.d.	6.532	2.988	119%
(+) Depreciações e Amortizações	7.175	3.806	89%	2.555	1.358	88%	8.948	4.854	84%
= EBITDA	55.891	56.953	-2%	22.630	21.076	7%	106.726	101.031	6%
Margem EBITDA	12,9%	15,1%	-2,2 p.p.	16,4%	18,9%	-2,5 p.p.	16,0%	18,1%	-2,1 p.p.

Em função dos fatores anteriormente mencionados, o EBITDA no trimestre foi de R\$22,6 milhões comparado a R\$21,1 milhões no 3T11, crescimento de 7%. A Margem EBITDA variou de 18,9% para 16,4%, reflexo da perda de margem bruta no mesmo período.

No período de 9M12 o EBITDA atingiu R\$55,9 milhões, 2% inferior ao período de 9M11 em que tivemos reversões de provisões que somaram R\$4,6 milhões. Desconsiderando-se o efeito dessas reversões de provisões para contingências, o EBITDA do período de 9M12 apresenta crescimento de 10%, com leve redução de 0,5 p.p. na margem EBITDA para 13,3% (17,4% no 3T11).

Lucro Líquido

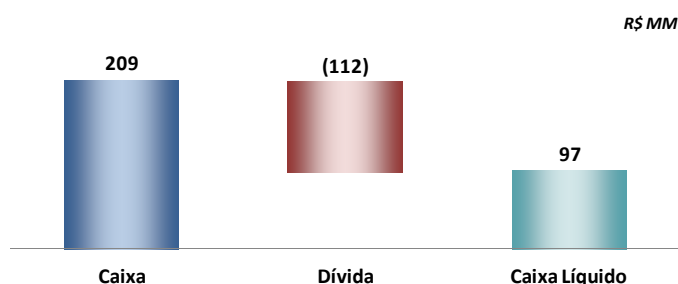
(em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)

Indicadores Financeiros	9M12	9M11	Var. %	3T12	3T11	Var. %	out/11 - set/12	out/10 - set/11	Var. %
Lucro Líquido	27.259	27.370	0%	12.544	17.607	-29%	60.960	52.149	17%
Margem Líquida (%)	6,3%	7,2%	-0,9 p.p.	9,1%	15,8%	-6,7 p.p.	9,1%	9,4%	-0,3 p.p.

O lucro líquido do 3T12 atingiu R\$12,5 milhões, 29% inferior que o observado no 3T11, impactado principalmente por: (i) redução nas receitas financeiras impactadas pela redução da SELIC (taxa básica de juros) ao longo de 2012 e caixa médio no período; e (ii) despesas com variação cambial refletindo o impacto da paridade cambial entre o Real e o Peso Chileno no balanço patrimonial da Companhia e sua controlada no Chile. Esse efeito é puramente contábil e não implica em desembolso efetivo de caixa.

No período de 9M12, o lucro líquido foi de R\$27,3 milhões, comparado a R\$27,4 milhões no período de 9M11. Eliminando-se o efeito contábil da variação cambial sobre empréstimos com subsidiárias o lucro líquido seria de R\$30,2 milhões, o que representaria um crescimento de 10%.

Caixa e Endividamento



Encerramos o 3T12 com um caixa consolidado total de R\$208,5 milhões, aplicados seguindo uma política de investimento conservadora que prioriza preservação do capital e liquidez. Nosso caixa líquido passou de R\$87,0 milhões no 2T12 para R\$96,6 milhões no 3T12.

Mantivemos durante o 3T12 nossos recursos em depósitos à vista e em aplicações pós-fixadas com liquidez diária junto a instituições financeiras de primeira linha. Não assumimos exposição a riscos de taxas de juros, de liquidez, ou de instrumentos financeiros derivativos, exceto neste último caso, somente para proteção contra variação cambial de compromissos operacionais em moeda estrangeira.

A Companhia encerrou o 3T12 com queda no endividamento oneroso para R\$111,9 milhões, endividamento este composto de (i) R\$55,6 milhões no curto prazo, sendo R\$37,7 milhões referentes aos juros sobre debentures e R\$17,9 milhões em empréstimos de capital de giro, contratados pelas nossas subsidiárias na Argentina e no Chile em moeda local, e (ii) R\$56,3 milhões em debêntures emitidas para o Banco Bradesco em março de 2010, com amortizações semestrais no valor de aproximadamente R\$19 milhões até março de 2015.

A contratação desses empréstimos de capital de giro teve como único objetivo viabilizar adiantamentos pela contratação de importantes conteúdos internacionais que se apresentarão até o final do ano, casando passivo e ativo (venda de ingressos) na mesma moeda enquanto se preserva a liquidez da controladora no Brasil.

Pipeline de Eventos

Shows de Música Outdoor

Além das 3 apresentações em estádios da banda *Linkin Park*, cujas apresentações se realizaram outubro, promoveremos durante o 4T12 as turnês sul-americanas de *Madonna* e *Lady Gaga*, totalizando 18 apresentações.

Em linha com o plano de expansão geográfica e atuação em diferentes mercados na América do Sul, a turnê sul-americana de *Madonna*, por exemplo, será promovida em 6 cidades em 3 países, enquanto que a cantora *Lady Gaga*, além dos shows previamente confirmados no Brasil, Argentina e Chile, também se apresentará no Peru e no Paraguai.

Além desses conteúdos de música ao vivo outdoor, estamos em negociações para a contratação de outros importantes nomes da música internacional para shows em 2013.

Shows de Música Indoor

Temos mais de 45 apresentações de música internacional indoor contratadas, realizadas ou em fase de vendas, para o restante do ano na América do Sul de artistas como: *Yanni* (8); *Joss Stone* (6); *Creed* (5); *G3* (5); *Maná* (4); *Snow Patrol* (4); *Simple Plan* (4); *Stacey Kent* (4); entre outros.

Nossa plataforma de shows de música indoor, sempre complementada pela promoção de apresentações de artistas de primeira classe da música nacional, continuará sendo importante para recorrência de receita verticalizada. Temos mais de 60 shows de música nacional já contratados, de artistas tais como: *Nando Reis*, *Paula Fernandes*, *Zezé di Camargo & Luciano*, entre outros.

Eventos Esportivos

Neste segmento, cujo conteúdo é proprietário, promoveremos no 4T12 o encerramento da temporada anual do campeonato *Copa Caixa de Stock Car* – a mais tradicional prova do automobilismo brasileiro, com a realização de mais 3 etapas em 3 estados distintos do Brasil. Em dezembro promoveremos em São Paulo a *Corrida do Milhão*, maior e mais importante prova da *Copa Caixa Stock Car* que distribui um milhão de reais ao vencedor.

Também encerraremos a temporada anual da *Copa Petrobras de Marcas* com a realização de 3 etapas e também promoveremos mais 3 etapas da *F-3 Sul-Americana*, da qual assumimos a promoção em 2012.

Eventos de Entretenimento Familiar, Teatro, e Exibições Culturais

Dado o sucesso de crítica e público de *A Família Addams* com apresentações esgotadas desde o início da temporada em março de 2012 e mais de 260 mil ingressos vendidos, promoveremos esse musical da Broadway no Rio de Janeiro e Buenos Aires durante 2013.

Em outubro iniciamos as vendas antecipadas de ingressos para o *Rei Leão*, maior musical da Broadway de todos os tempos em termos de bilheteria arrecadada. Estamos otimistas que este desempenho se repita no Brasil, onde observamos, em poucos dias de vendas, forte demanda pelo espetáculo que estreará no início de março de 2013 no Teatro Renault (SP).

A turnê sul-americana do espetáculo *Varekai*, do Cirque du Soleil, atualmente em Buenos Aires, onde tem representado sucesso de público com 116 mil ingressos vendidos, continuará no 4T12 com apresentações também em Santiago de Chile.

* * *